

12.As relações internacionais

12.1 As opções da CONCP (*)

(...) Como todos os povos do mundo, queremos viver, trabalhar em paz, queremos construir o progresso do nosso povo. Como todos os povos do mundo, temos o direito de nos revoltarmos contra a dominação estrangeira. Como todos os povos do mundo, temos hoje uma base legal para a rebelião, para reivindicar os nossos direitos, temos a Carta das Nações Unidas. E se a Carta das Nações Unidas não chega, se as próprias Nações Unidas não chegam, os nossos povos podem expulsar para sempre, pelos sacrifícios que fazem todos os dias, o colonialismo português do solo da nossa pátria.

O NOSSO INIMIGO DIRECTO

Quem é este inimigo que nos domina, que se obstina em nos dominar, desprezando todas as leis e a moral internacional dos nossos dias? Este Inimigo, não é o povo português, nem sequer é o próprio Portugal: para nós, combatentes da liberdade das colónias portuguesas, este inimigo é o colonialismo português representado pelo Governo colonial-fascista de Portugal. Mas evidentemente um governo é também, dum certa forma o resultado de condições históricas, geográficas, económicas, do país que governa. Portugal é um país economicamente atrasado, é um país onde cerca de 50% da população é analfabeta, é um país que, em todas as estatísticas da Europa, figura sempre em último lugar. Isto não é culpa do povo português que, em certo momento da história, soube mostrar o seu valor, a sua coragem, a sua capacidade e que, hoje mesmo, possui filhos capazes, filhos justos, filhos que querem também reconquistar as liberdades e a felicidade do seu povo.

Portugal é um país que não tem qualquer condição que lhe permita dominar outro país. Portugal veio para o nosso país proclamando que vinha ao serviço de Deus e ao serviço da civilização. Hoje respondemo-lhe com armas nas mãos: seja qual for o Deus que está com os colonialistas portugueses, seja qual for a civilização que os colonialistas portugueses representam, vamos destruí-los porque destruiremos no nosso país qualquer espécie de dominação estrangeira.

Não farei longas considerações sobre as características do colonialismo português. O que caracteriza fundamentalmente nos nossos dias o colonialismo português é um facto muito simples: o colonialismo português ou, se preferirem, a infra-estrutura económica portuguesa, não pode dar-se ao luxo de fazer neocolonialismo.

É a partir deste ponto que podemos compreender todas as atitudes, toda a obstinação do colonialismo português para com os nossos povos. Se Portugal possuísse um desenvolvimento económico avançado, se Portugal pudesse ser classificado como país desenvolvido, não estaríamos certamente hoje em guerra contra Portugal.

Mas muita gente critica Salazar, diz mal de Salazar. É um homem como qualquer outro. Tem muitos defeitos, é um fascista, odiamo-lo, mas não lutamos contra Salazar, lutamos contra o sistema colonial português. Não alimentamos o sonho de que quando Salazar desaparecer, o colonialismo português desaparecerá. Portanto, na base desta característica fundamental—a incapacidade de Portugal praticar o neocolonialismo—o Governo português sempre se recusou a qualquer apelo de compreensão da nossa parte, obstinou-se em desencadear no nosso país, na Guiné, em Angola e em Moçambique, e prepara-se para

* () Extracto do discurso pronunciado na sessão plenária de 5 de Outubro de 1985 na 2ª Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, In *La Conférence de Dar-es-Salaam*, edição da CONCP, Argélia. Aposta de 1987. A parte «Os dois tipos de cerco da guerras não figurava na versão escrita, a pedido do autor.

fazer noutras colónias, uma nova guerra colonial contra a África, contra a humanidade. Nós, povos pacíficos, mas orgulhosos do nosso amor pela liberdade, orgulhosos da nossa dedicação à ideia do progresso neste século vinte, pegámos em armas com determinação, numa forma inabalável pegámos em armas para defendermos os nossos direitos, dado que não existia no mundo nenhuma lei que o pudesse fazer por nós. Quero apenas chamar a vossa atenção para o facto de sermos povos pacíficos, não amamos a guerra, mas a guerra, a luta armada de libertação nacional foi a única saída que o colonialismo português nos deixou para a reconquista da nossa dignidade de povo africano, a nossa dignidade humana. E queremos dizer que devemos, numa certa maneira agradecer ao Governo português. Sim, isto implica muitos sacrifícios, mas implica também muitas vantagens para o nosso povo. Não somos autores de guerra e, repito, não amamos a guerra, mas vemos hoje, e o exemplo é geral, que a luta armada de libertação nacional crie condições concretas para um futuro livre de determinados obstáculos, que possa contribuir para o desenvolvimento crescente da consciência política dos homens, das mulheres e até das crianças. Portanto, dado que Portugal nos impôs uma guerra à qual respondemos pela nossa luta armada de libertação nacional, devemos saber tirar desta condição, desta imposição, todas as vantagens.

O SIGNIFICADO PROFUNDO DA NOSSA LUTA

Mas a nossa luta armada de libertação nacional tem um significado profundo tanto para a África como para o mundo. Estamos a provar que povos como o nosso, economicamente atrasados, vivendo por vezes no mato quase nus, não sabendo ler nem escrever, não conhecendo sequer os dados elementares da técnica moderna, são capazes, à custa dos seus sacrifícios e dos seus esforços, de bater um inimigo não só mais avançado sob o ponto de vista técnico mas apoiado pelas forças poderosas dos imperialistas no mundo. Por outro lado, perante o mundo e perante a África, perguntamos: tinham os portugueses razão quando afirmavam que somos povos não civilizados, povos sem cultura?

Perguntamos: qual é a mais brilhante manifestação de civilização e de cultura do que a de um povo que pega em armas para defender a sua pátria, para defender o seu direito à vida, ao progresso, ao trabalho e à felicidade?

Devemos estar conscientes, nós, os movimentos de libertação nacional integrados na CONCP, de que a nossa luta armada é apenas um aspecto da luta geral dos povos oprimidos contra o Imperialismo, da luta do homem pela sua dignidade, pela liberdade e pelo progresso. É neste âmbito que devemos ser capazes de integrar a nossa luta. Devemos considerar-nos como soldados, muitas vezes anónimos, mas soldados da humanidade nesta vasta frente de luta que é a África dos nossos dias. Nós, da CONCP, batemo-nos em África porque a África é a nossa pátria, mas estaríamos prontos todos nós, a ir fosse para onde fosse a fim de nos batermos pela dignidade do homem, pelo progresso do homem, pela felicidade do homem.

É exactamente neste âmbito que devemos ter a coragem, tanto durante esta conferência como noutra sítio qualquer, de proclamar em voz alta, as nossas opções fundamentais, as nossas opções a favor da humanidade. Por outro lado, devemos saber definir claramente a nossa posição em relação ao nosso povo, em relação à África, em relação ao mundo. Vamos fazê-lo, vamos talvez repetir-nos na nossa conferência, mas posso dizer-vos isto: nós, da CONCP, comprometemo-nos com os nossos povos, mas não lutamos simplesmente para pôr uma bandeira no nosso país e para ter um hino. Nós, da CONCP, queremos que nos nossos países martirizados durante séculos, humilhados, insultados, que nos nossos países nunca possa reinar o insulto, e que nunca mais os nossos povos sejam explorados, não só pelos imperialistas, não só pelos Europeus, não só pelas pessoas de pele branca, porque não confundimos a exploração ou os factores de exploração com a cor da pele dos

homens; não queremos mais a exploração no nosso país, mesmo feita por Negros. Lutamos para construir, nos nossos países, em Angola, em Moçambique, na Guiné, nas Ilhas de Cabo Verde, em S. Tomé, uma vida de felicidade, uma vida onde cada homem respeitará todos os homens, onde a disciplina não será imposta, onde não faltará o trabalho a ninguém, onde os salários serão justos, onde cada um terá o direito a tudo o que o homem construiu, criou para a felicidade dos homens. É para isso que lutamos. Se não o conseguirmos, teremos faltado aos nossos deveres, não atingiremos o objectivo da nossa luta.

Queremos dizer-vos que, em relação á África, nós da CONCP, estamos confiantes no destino da África. Temos na própria África exemplos a seguir, e temos igualmente em África exemplos que não devemos seguir. A África é pois, hoje, rica de exemplos, e se nós, amanhã, traírmos os interesses dos nossos povos, não será porque não o soubéssemos, será porque quisemos trair e não teremos então qualquer desculpa.

Em África, somos pela libertação total do continente africano do jugo colonial, porque sabemos que o colonialismo é um instrumento do imperialismo. Queremos pois ver varrida totalmente do solo de África todas as manifestações do imperialismo, estamos na CONCP inflexivelmente contra o neocolonialismo, seja qual for a forma que ele tomar. A nossa luta não é apenas contra o colonialismo português; queremos, no âmbito da nossa luta, contribuir da forma mais eficaz para expulsar para sempre do nosso continente a dominação estrangeira.

A UNIDADE AFRICANA

Em África, batemo-nos pela unidade africana, mas pela unidade africana a favor dos povos africanos. Consideramos que a unidade é um meio e não um fim. A unidade pode reforçar, pode acalorar a realização dos fins, mas não devemos trair o objectivo em vista. É por isso mesmo que não estamos muito apressados em reclamar a unidade africana. Sabemos que ela surgirá passo a passo, como um resultado dos esforços fecundos dos povos africanos. Surgirá ao serviço da África, ao serviço da humanidade. Estamos convencidos, absolutamente convencidos, na CONCP, que a valorização, em conjunto, das riquezas do nosso continente, das capacidades humanas, morais, culturais do nosso continente, contribuirá para criar um espaço humano rico, consideravelmente rico, que por seu lado contribuirá para enriquecer ainda mais a humanidade. Mas não queremos que o sonho deste fim possa trair nas suas realizações os interesses de cada povo africano. Nós, por exemplo, na Guiné e em Cabo Verde, declaramos abertamente no programa do nosso Partido que estamos prontos a unir-nos seja com que país africano for, e para isso apenas pomos uma condição: que as conquistas, as aquisições do nosso povo na luta de libertação nacional, as aquisições económicas, sociais, de Justiça que pretendemos e realizamos, já pouco a pouco, que tudo isto não seja comprometido por unidades com outros. É a nossa única condição para a unidade. Somos, em África, a favor de uma política africana que procure defender em primeiro lugar os interesses dos povos africanos, de cada país africano, mas a favor também de uma política que não esqueça em momento algum os interesses do mundo, de toda a humanidade. Somos a favor de uma política de paz em África e de colaboração fraternal todos os povos do mundo.

No plano internacional, defendemos na CONCP uma política de não-alinhamento. É esta a política que melhor convém aos interesses dos nossos povos na etapa actual da nossa história. Mas, para nós, não-alinhamento não quer dizer voltar as costas aos problemas fundamentais da humanidade, à justiça. Não-alinhamento, para nós, é não nos comprometermos com blocos, não alinharmos nas decisões dos outros. Nós, reservamo-nos o direito de decidir nós mesmos e se por acaso, as nossas opções, as nossas decisões

coincidirem com as dos outros, a culpa não é nossa.

A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Somos por uma política de não alinhamento, mas consideramo-nos profundamente comprometidos com o nosso povo e comprometidos com qualquer causa justa no mundo. Consideramo-nos como fazendo parte de uma vasta frente de luta para o bem da humanidade. Vocês compreendem que lutamos em primeiro lugar pelos nossos povos. Esta é a nossa tarefa nesta frente de luta. Isto implica todo um problema de solidariedade. Nós, da CP, somos inteiramente solidários com todas as causas justas. É por isso que nós, FRELIMO ⁽¹⁾, do MPLA ⁽²⁾, do PAIGC, do CLSTP ⁽³⁾, seja de que organização de massa for, filiada na CONCP, os nossos corações batem em uníssono com os corações irmãos do Vietname que dão um exemplo singular de como se pode fazer face à mais vergonhosa, à mais injustificável agressão dos imperialistas dos Estados Unidos da América contra o povo pacífico do Vietname. Os nossos corações batem igualmente com os nossos irmãos do Congo que, no mato deste vasto e rico país africano, procuram resolver os seus próprios problemas face à agressão dos imperialistas e às manobras dos imperialistas através dos seus lacaios. É por isso que nós, da CONCP, gritamos alto e em bom som estamos contra Tshombé, contra todos os Tshombé da África. Os nossos corações batem igualmente com os nossos irmãos de Cuba que também mostraram que um povo, mesmo quando cercado pelo mar, é capaz de defender, de armas na mão, e vitoriosamente, os seus interesses fundamentais e de decidir ele mesmo do seu destino. Estamos com os Negros dos Estados Unidos da América, estamos com eles nas ruas de Los Angeles, e quando são afastados de qualquer possibilidade de vida, sofremos com eles.

Estamos com os refugiados, os refugiados martirizados da Palestina, que foram injuriados, expulsos da sua pátria pelas manobras do imperialismo. Estamos ao lado dos refugiados da Palestina a apoiamos com toda a força dos nossos corações tudo o que os filhos da Palestina fazem para libertar o seu país e apoiamos com todas as forças os países árabes e os países africanos em geral para auxiliar o povo palestino a recuperar a sua dignidade, a sua independência e o seu direito à vida. Estamos igualmente com os povos da Arábia do Sul, da Somália dita francesa (Costa dos Somalis), da Guiné Equatorial, e estamos de uma forma muito racional e muito dolorosa com os nossos irmãos África do Sul que enfrentam a mais bárbara das discriminações raciais. Estamos absolutamente certos de que o desenvolvimento da luta nas colónias portuguesas e a vitória que estamos a alcançar diariamente contra o colonialismo português são uma contribuição eficaz para a liquidação do vergonhoso, do vil regime de discriminação racial, do «apartheid» na África do Sul. E estamos também certos de que os povos, como os de Angola e Moçambique, e nós mesmos na Guiné e em Cabo Verde, longe da África do Sul poderemos desempenhar, amanhã, um amanhã que, esperamos, não esteja longe, um papel muito importante para a liquidação final do último bastião do colonialismo, do imperialismo e do racismo em África que se encontra na África do Sul.

Somos solidários com toda a causa justa no mundo, mas fortalecemo-nos também com a solidariedade dos outros. Recebemos uma ajuda concreta de muita gente, de muitos amigos, de muitos irmãos. Gostaria simplesmente de vos dizer que nós, na CONCP, temos um princípio fundamental que é o de contar em primeiro lugar com os nossos próprios esforços, com os nossos próprios sacrifícios. Mas, no âmbito concreto da colonização portuguesa, e na etapa actual da história da humanidade, estamos conscientes também de que a nossa luta não é só nossa. É a de toda a África, é a de toda a humanidade progressista. É por isso que, nós na CONCP, em face das dificuldades particulares da nossa luta, e em face do contexto da história actual, tivemos consciência da necessidade de uma

ajuda concreta por parte de todas as forças progressistas do mundo e por parte da África à nossa luta. Aceitamos toda a espécie de ajudas, venham de onde vierem, mas não pedimos nunca seja a quem for a ajuda de que precisamos. Esperamos apenas a ajuda que cada um pode dar à nossa luta. Essa é a nossa *ética* da ajuda.

Queremos dizer-vos que consideramos nosso dever proclamar aqui em voz alta e clara que temos aliados seguros nos países socialistas. Todos sabemos que os povos africanos são nossos irmãos. A nossa luta é a sua. Cada gota de sangue que cai no nosso país cai igualmente do corpo e do coração do nossos irmãos africanos. Mas sabemos igualmente que desde a revolução socialista de Outubro e após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, o mundo mudou de face definitivamente. Surgiu no mundo um campo socialista. Isto mudou completamente as relações de força, e este campo socialista mostra-se hoje muito consciente dos seus deveres internacionais, deveres históricos, não morais, porque os povos dos países socialistas nunca exploraram os povos coloniais. Mostram-se conscientes do seu dever e é por isso que tenho a honra de vos dizer abertamente que recebemos ajudas substanciais, eficazes, por parte desses países que vêm reforçar a ajuda que recebemos dos nossos irmãos africanos. Se há pessoas que não gostam de ouvir isto, que venham, também elas, ajudar-nos na nossa luta. Mas poderão estar certos de que nós, somos orgulhosos da nossa soberania.

Manteremos a nossa posição: recebemos ajuda de todos. E receberemos a ajuda dos países socialistas com orgulho porque eles indicam hoje o caminho que pode servir o homem, o caminho da justiça. Nesta sala, temos representantes dos países socialistas que vieram aqui como amigos. Não perderei esta oportunidade para dizer aos representantes da União Soviética e da China, da Jugoslávia e da República Democrática Alemã que são aqui os representantes dos países socialistas, que transmitam aos povos trabalhadores que representam, a expressão da nossa gratidão pela ajuda concreta que eles concedem à nossa luta.

A OTAN

E, que fazem aqueles que não gostam de nos ouvir dizer que os países socialistas nos ajudam? Esses ajudam Portugal, o Governo fascista-colonial de Salazar. Hoje, não é segredo para ninguém que Portugal, o Governo português, se não tivesse, se não pudesse dispor da ajuda que lhe concedem os seus aliados da OTAN, não seria capaz de travar uma luta contra nós. Mas, é preciso que se diga claramente o que quer dizer a OTAN. Sim, nós sabemos. A OTAN é um bloco militar que defende os interesses do Ocidente, da civilização ocidental, etc. Não é disso que queremos falar. A OTAN são países concretos, governos. Estados concretos. A OTAN são os Estados Unidos da América. Temos capturado no nosso país muitas armas dos Estados Unidos da América. A OTAN é a República Federal da Alemanha. Capturámos aos soldados portugueses muitas espingardas Mauser. A OTAN é, pelo menos por enquanto, a França. No nosso país há *Alouettes*, helicópteros. Ias começámos a abater as *Alouettes*. A OTAN é ainda, de certo modo, o governo desse povo heróico que soube dar exemplos de amor à liberdade: o povo italiano. Sim, capturá-los aos portugueses metralhadoras e granadas fabricadas em fábricas italianas. Mas é para nós tão agradável, tão encorajante, ouvir um amigo de Itália, um irmão de Itália, dizer-nos palavras tão belas, tão sentimentais e tão sinceras como as que ouvimos ontem, da boca do nosso irmão que nos falou em nome de Itália. Queria dizer ao nosso irmão que aqui falou, que não confundimos o povo italiano com o Estado italiano que faz parte da OTAN (*).

Portugal tem ainda outros aliados: é a África do Sul, é o Sr. Smith, da Rodésia Io Sul. é o

* [Author(s)], "[Part of Book-optional]," [Title of Book], [Editor/Translator-optional], [Edition] ed., vol. [Volume] ([Original Date]; [City of Publication]: [Publisher], [Publication Year]) [Page(s)].

Governo de Franco, são outros aliados obscuros que escondem a cara perante a vergonha que isso representa. Mas, toda esta ajuda que o Governo de Salazar recebe para matar as nossas populações, para queimar as nossas aldeias em Angola, em Moçambique, na Guiné, em Cabo Verde, em São Tomé, para massacrar as nossas populações, não foi capaz de parar a nossa luta de libertação nacional. Pelo contrário, as nossas forças estão cada vez mais poderosas. Porquê? Porque a nossa força, é a força da justiça, a força do progresso, a força da história; e a justiça, o progresso, a história, são o apanágio do povo. Porque as nossas forças fundamentais, são os nossos povos. São os nossos povos que apoiam as nossas organizações, são os nossos povos que se sacrificam diariamente para alimentar todas as necessidades da luta, todas as necessidades fundamentais da nossa luta. São os nossos povos que garantem o futuro e a certeza da nossa vitória.

AS PERSPECTIVAS DA NOSSA LUTA

Na perspectiva da nossa luta, esta conferência coloca-se numa maneira muito adequada. Compreendem o interesse da nossa conferência. Devemos reforçar a nossa unidade, não só em cada país, mas entre nós, povos das colónias portuguesas. A CONCP tem para nós um significado muito especial. Temos o mesmo passado colonial, aprendemos todos a falar e a escrever português, mas temos uma força maior ainda, talvez mais histórica mesmo: é o facto de termos começado a lutar em conjunto. É a luta que faz os camaradas, os companheiros, do presente e do futuro. A CONCP é para nós uma força fundamental de luta. A CONCP está no coração de cada combatente do nosso país, de Angola, de Moçambique. A CONCP deve também representar, temos orgulho nisso, um exemplo para os povos de África. Porque nesta luta gloriosa contra o imperialismo e o colonialismo em África, somos as primeiras colónias que se reúnem para discutir em conjunto, para planificar em conjunto, para estudar em conjunto os problemas respeitantes ao desenvolvimento da sua luta. Isso não deixa de ser uma contribuição muito interessante para a história da África e para a história dos nossos povos.

Não podemos deixar perder tudo o que já fizemos no âmbito da CONCP e asseguramo-vos aqui que estamos decididos a sair desta conferência com resultados concretos. Estamos decididos a sair daqui e a reforçar a nossa luta de uma maneira coordenada. Portanto, a acelerar de forma significativa a queda total, a derrota total do colonialismo português nos nossos países.

Encontramo-nos hoje numa fase nova da nossa luta. Existe luta armada de libertação nacional em três frentes. Isto implica responsabilidades maiores seja para nós próprios, seja para cada um dos nossos partidos, seja para a CONCP no seu conjunto. Mas isto também implica responsabilidades maiores para os nossos amigos e para os nossos irmãos. A África deve dar-se conta do problema.

A África ajuda-nos, é certo. Há países africanos que nos ajudam tanto quanto podem, de uma forma directa, de uma forma bilateral. Mas somos de opinião que a África nos pode ajudar muito mais, se a África chegar a compreender exactamente o valor e a importância da nossa luta contra o colonialismo português; esperamos portanto que, na base da experiência de dois anos depois de Adis-Abeba, a próxima conferência cimeira dos chefes de Estados africanos saberá tomar medidas concretas para reforçar de forma concreta e eficaz a ajuda da África aos combatentes da Guiné, de Cabo Verde, de São Tomé, de Moçambique e de Angola. Por outro lado, os nossos amigos de todo o mundo, e em particular os nossos amigos dos países socialistas, estão certamente conscientes de que o desenvolvimento da nossa luta implica o desenvolvimento da sua ajuda fraternal. Estamos convencidos de que, diariamente, tanto as forças dos países socialistas como as forças progressistas do Ocidente saberão desenvolver a sua ajuda, o seu apoio político, moral,

material, à nossa luta, de acordo com o desenvolvimento da nossa luta.

OS DOIS TIPOS DE CERCO DA GUERRA

Antes de concluir, gostaria de vos pôr um problema que temos discutido no nosso Partido. Trata-se talvez de um sonho. Sabem que a guerra do imperialismo contra os povos coloniais se caracteriza fundamentalmente por dois tipos de cerco. Não dou novidade nenhuma, mas lembro esta teoria já muito provada. Por um lado, o inimigo imperialista, que faz a guerra a partir do seu país, cerca o nosso povo, e em cada posição que ocupa no nosso país, cerca as nossas forças. Mas, por outro lado, no nosso próprio país, o nosso povo e as nossas forças armadas cercam cada posição ocupada pelo inimigo. Contudo, neste cerco mútuo, os imperialistas conservam (ou conservavam) uma vantagem: a de não serem cercados do exterior, enquanto nós somos cercados simultaneamente do exterior e do interior.

Ora, com as transformações verificadas na vida, na história dos nossos dias, acontece que os colonialistas, como por exemplo os colonialistas portugueses, estão cada vez mais isolados no mundo. Toda a África se ergue contra os colonialistas portugueses. Eis todo um continente que começa a cercar Portugal; no próprio Portugal, as forças democratas e progressistas começam a cercar as forças reaccionárias e colonialistas do seu país. Então as forças progressistas da Europa ocidental exprimem a sua opinião ao colonialismo português. É também uma forma de cerco. E no mundo, todo o campo socialista está firmemente, abertamente oposto ao colonialismo português.

Portanto a situação inicial transformou-se: os colonialistas portugueses estão cercados, seja pelas nossas forças no nosso país, ou no exterior. Então nós perguntamos: qual é a contradição fundamental da guerra colonial? Sob o ponto de vista político, é a que opõe os interesses dos povos coloniais aos do imperialismo. Mas esta contradição provoca uma outra no plano da guerra. Na nossa opinião, no plano militar, a contradição essencial reside no facto de que o nosso povo, na Guiné, em Angola, em Moçambique, que sofre não apenas as baixas em vidas humanas mas também baixas materiais concretas, tem — em cada momento, todos os dias, por vezes mesmo em cada hora — o sentimento da guerra. Sente a guerra no seu país, enquanto o agressor colonialista a não sente no seu próprio país. Esta guerra colonial que Portugal trava em Angola, desde 4 de Fevereiro de 1961, depois na Guiné e em Moçambique, o povo português não a sente.

Naturalmente, não gostamos que o povo sinta a guerra; mas desejamos vivamente resolver as contradições para pôr fim a esta guerra. E pensamos isto: não será em breve a altura de resolver esta contradição no caso do colonialismo português? Se o colonialismo português se obstina, com o apoio dos seus aliados, em destruir os nossos países sim, nós vamos bater o colonialismo português, de certeza. No nosso país, já o batemos. Perguntem, por exemplo, aos soldados portugueses feridos que estão no hospital de Lisboa, leiam os jornais e verão: os soldados portugueses dizem que no nosso país a guerra está perdida: até o Governo português, pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, coro uma personalidade que procurava convencê-lo a negociar com determinadas forças na Guiné, afirmou que na Guiné perderam e que se não abandonam este país, é porque querem manter-se em Angola e Moçambique se abandonam a Guiné, estarão também imediatamente perdidos em Angola e Moçambique.

Portanto, o problema não consiste em ganhar a guerra contra os colonialistas portugueses, mas em acelerar o fim desta guerra.

E nós perguntámos se, no âmbito da CONCP, não estamos à altura de resolver a contradição de que eu falava. O Governo português é ajudado pelos seus aliados; possui no seu país, muito bem instalada, ao abrigo dos ataques das nossas forças. uma Infra-estrutura

que alimenta e mantém a guerra no nosso. Não será a CONCP capaz, amanhã, no âmbito da coordenação da nossa acção política e militar, de proceder de tal forma que o Governo português sinta a guerra 'no seu país'? Eis a questão que vamos pôr na nossa conferência. Estamos convencidos de que isto não é um sonho: é um acto possível; é preciso estudar, ver se é preciso resolvê-lo e como resolvê-lo. Se os nossos aliados actuam como actuam os .de Portugal, estamos persuadidos de que as forças fundamentais dos nossos países serão suficientes, com os nossos fracos meios, para destruir a infra-estrutura que alimenta e mantém a guerra do Governo português contra os nossos povos.

Declaro-vos aqui, em nome do nosso Partido, o PAIGC, que nos bateremos para que este problema seja posto à consideração no seio da CONCP. Estou certo de que poderemos dispor dos meios logísticos nos países africanos, geograficamente, mais próximos de Portugal para podermos atingir de maneira moderna as bases da guerra que Portugal trava no nosso país. Garanto-vos aqui que se chegarmos a um acordo no selo da CONCP e se o Governo português se obstinar em querer dominar o nosso povo e em impor-lhe destruições, garanto-vos que tudo faremos, no seio da CONCP, para reunir as forças fundamentais dos nossos povos, para unir as dos povos de África e as dos povos progressistas do mundo, dos povos socialistas, em todos os domínios em que a sua ajuda seja possível, a fim de combater Portugal: *transformaremos a guerra colonial em guerra, muito simplesmente.*

* *
*

Acabarei simplesmente por estas palavras: no nosso país, na Guiné e Cabo Verde, as tropas colonialistas retiram-se todos os dias. Hoje, se queremos bater-nos contra as tropas coloniais, temos de nos bater nos seus próprios lugares de refúgio, nos quartéis. Mas temos de o fazer porque é preciso acabar com o colonialismo português na nossa terra. Estamos certos de que em breve em Moçambique se passará o mesmo. E Isto começa já a realizar-se em certas zonas. Em Angola, será a mesma coisa. E isto começa já a verificar-se em Cabinda. Os colonialistas portugueses começam a ter medo de nós. Sentem agora que estão perdidos mas garanto-vos que se estivessem aqui presentes—é pena que não tenham aqui agentes—porque se estivessem presentes aqui, ao ver-nos, ao ouvirem falar todas as delegações, ao verem esta assistência, ao verem o acolhimento fraternal que nos foi reservado pelo Governo da Tanzânia, o medo dos colonialistas portugueses seria ainda maior. Mas vamos para a frente de armas na mão, em toda a parte onde se encontre um colonialista Português. Vamos para a frente, destruamos e libertemos depressa os nossos países das forças retrógradas do colonialismo português. Mas preparemo-nos também todos os dias, com vigilância, para não permitirmos que no nosso país se instale uma nova forma de colonialismo, para não permitirmos no nosso país nenhuma forma de imperialismo, para não permitirmos que o neocolonialismo, que começa já a tornar-se um cancro em certas regiões do Mundo e da África, atinja o nosso próprio país.

12.2 África e a luta de libertação nacional nas colónias portuguesas (')

No momento em que se torna necessário reforçar o combate decisivo e concertado para a ascensão dos povos sob dominação portuguesa à independência nacional, impõe-se tirar conclusões comuns de uma análise da conjuntura africana.

O conhecimento das tendências e das correntes políticas presentes no continente permite-nos medir o grau da nossa participação directa ou indirecta na elaboração das linhas de força que, estes últimos anos, introduzem uma nova dimensão e abrem perspectivas mais amplas de acção unitária contra a dominação colonial e o imperialismo.

Contudo, é importante lembrar que, até 1961, a atenção dedicada ao facto colonial português e o papel das nossas organizações nacionalistas no conjunto pan-africano, eram obscurecidos, não por causa da falta de vigor da nossa luta. Essa menor importância do nosso caso em relação aos outros casos coloniais resultava tanto da situação secundária de Portugal entre as potências coloniais então em conflito aberto com os povos que dominavam, como da própria eficácia da máquina de propaganda portuguesa que conseguiu consagrar, até entre muitos africanos, o mito da fraternidade multirracial.

A luta silenciosa e heróica travada pelos nossos povos no plano político - a qual encheu de patriotas as prisões coloniais portuguesas e gerou os primeiros mártires da nossa libertação - não conseguia obter o eco a que tinha luz no plano das realidades africanas. Por outro lado, se a denúncia activa e multiforme dos crimes do colonialismo português, levada a cabo pelas nossas organizações, conseguiu despertar alguma atenção e gestos de solidariedade, temos de reconhecer que estes resultados não traduziram qualquer modificação radical da África diante da nossa contestação à dominação portuguesa.

Mas o desencadeamento da luta armada contra o colonialismo português sucessivamente em Angola, Guiné e Moçambique, veio introduzir um elemento novo na realidade africana. Tendo consumado a elevação do movimento de libertação nacional dos nossos países ao plano dos factos principais da conjuntura africana, a nossa luta armada de libertação nacional realçou a identidade das condições de existência e das aspirações dos nossos povos, impôs a personalidade de cada um deles no quadro da comunidade africana e abriu perspectivas renovadas, se não novas, à evolução das três regiões do continente a que pertencem os nossos países.

Quer em relação aos países vizinhos dos nossos quer nos quadros regionais ou à dimensão continental, uma atenção especial passou a ser dada, abertamente ou não, ao nosso combate libertador. De elementos passivos, condicionados por uma dominação particularmente retrógrada e pelas contingências políticas dos povos vizinhos, passamos a ser um factor activo do processo histórico em curso no continente. O nosso destino - o dos nossos povos - adquiriu assim uma vinculação explícita e irreversível ao destino da África forjado, quotidianamente, na luta comum contra a dominação estrangeira.

Se este facto dá a medida das nossas responsabilidades perante nós mesmos e perante a África, ele significa também que a consideração das legítimas aspirações dos povos à paz, à liberdade e ao progresso e a necessidade de defesa intransigente conquistas que eles realizem nesse domínio, terão de estar presentes em toda e quer solução postulada ou a postular para os problemas que interessam a toda a África.

Destruindo, pelo seu próprio esforço e sacrifícios, o «muro do silêncio» que a conspiração

imperialista erguera em torno dos nossos países e da sua realidade dramática, os nossos povos conquistaram o direito de fazer ouvir a sua voz no coro muitas vezes contraditório das reivindicações da África e na afirmação progressiva da sua personalidade perante o mundo.

É à luz desta realidade viva que devemos encarar a conjuntura africana nesta fase decisiva da história dos nossos povos.

Conjuntura africana

Em maio de 1961, era cómodo «classificar» os governos dos Estados independentes de África num ou outro «bloco» que consagrava a sua divisão.

Se é verdade que, em certos casos, as orientações políticas e sociais ou as opções doutrinárias pareciam tornar incompatível a «coexistência» de regimes e impraticável a solidariedade entre eles, dois problemas desta época polarizavam sobretudo as divergências africanas: a brutalidade das ingerências estrangeiras no Congo e o apoio à luta do povo argelino.

Os compromissos que estiveram na base do acesso à soberania nacional de numerosos países, por volta de 1960, explicavam finalmente as reticências de uma parte da África na dependência do Ocidente. Isso impedia certos responsáveis de realizar o carácter indivisível da liberdade e da independência nacional.

A terceira sessão da Conferência dos Povos Africanos, realizada um mês depois do desencadeamento da primeira frente de luta armada contra o colonialismo português, punha justamente em evidência as insuficiências e os limites da independência política dos «estados emergentes».

Na resolução adoptada por essa conferência sobre o neocolonialismo lê-se: «O neocolonialismo que constitui a sobrevivência do sistema colonial a despeito do reconhecimento formal da independência política dos Estados emergentes que se tornam as vítimas de uma dominação directa e subtil nos planos político, económico, social, militar ou técnico, representa o maior perigo que ameaça os países africanos que recentemente recuperaram a sua independência ou os que dela se aproximam.»

(...) «Os exemplos do Congo, da Comunidade francesa e da Federação das Rodésias-Nyassalândia... indicam que o sistema colonial e o imperialismo internacional, apercebendo-se da sua impotência perante o desenvolvimento dos movimentos revolucionários no continente africano, empregam os meios mais diversos para salvaguardar o essencial do seu poder económico e militar.» (Resolução sobre o neocolonialismo).

Mas a Conferência dos Povos Africanos concluía no Cairo, em Março de 1961, o último acto da sua luta, no quadro fixado pelas 62 organizações nacionalistas em Accra, em Dezembro de 1958.

Compreender-se-á melhor por que não foi por acaso que se realizou a nossa Conferência constitutiva em Casablanca (abril de 1961). Não havia absolutamente nada de surpreendente pelo facto de em Monróvia, no princípio de Maio desse mesmo ano, os participantes a esta encontro se terem pronunciado em favor do direito legítimo do povo angolano à *autonomia*.

O desfasamento era evidente entre as posições públicas de um bom número de Estados africanos e as reivindicações fundamentais dos movimentos em luta pela independência nacional.

Novos factores, entre os quais a pressão das massas populares no sentido de uma libertação completa, a entrada em cena da Argélia independente, o refluxo temporário da crise congoleza, modificaram em consequência a face dividida de África. O desaparecimento

das antigas hipotecas que pesavam sobre a solidariedade com a luta dos povos dependentes, por um lado, a compreensão das contradições principais em África, por outro, levou ao desaparecimento dos «blocos políticos».

Alguns estados africanos que são frequentemente considerados como a vanguarda do continente, aperceberam-se de que a acentuação das contradições internas existentes em África, contradições na base da diversidade de opções políticas, das vias de desenvolvimento e a diversidade dos regimes, constituía de facto um trunfo nas mãos do imperialismo que, explorando-os, pretende perpetuar a *balcanização* do continente. Por outro lado, a evolução vertical de tal ou tal Estado tomado individualmente não fazia senão consagrar o seu isolamento. A divisão não podia igualmente senão incitar os países africanos a procurar no exterior as forças de apoio do seu desenvolvimento.

Sob a forma d'injunção — a *África deve unir-se* — indo até à formação imediata de um núcleo para um governo continental ou sob a forma de apelos bem intencionados em vista de uma cooperação interessando a sobrevivência das equipas no poder, a *unidade africana* torna-se uma componente da política dos Estados africanos.

Portanto, a conjuntura actual resulta de um desenvolvimento progressivo de três fases: a primeira, caracterizada pelo triunfo da independência política, antes de tudo; a segunda, pela pesquisa de um conteúdo real desta independência, através da reivindicação da libertação económica; e a terceira, o seu prolongamento, levando a este equilíbrio da *coexistência das razões de Estado*, no quadro da unidade africana, paralelamente à afirmação da uma personalidade distinta da África, liberta do dilema de uma escolha entre os grandes blocos de potências.

Um outro elemento da conjuntura africana é representado pelos acordos regionais com base na cooperação económica, ou pelos reagrupamentos comandados por uma herança comum da época colonial. Esses acordos e reagrupamentos não cobrem necessariamente uma identidade de opções políticas, implicando em certos casos uma *coexistência de regimes*, frágil por natureza. Na hora actual, essa fragilidade é posta à prova pelas manipulações das intervenções estrangeiras, em particular no «caso congolês».

Cada vez que o imperialismo se empenha numa partida decisiva pela sua sobrevivência económica numa região vital do continente, os fundamentos da unidade africana são sacudidos. Em vez de uma convergência de opções, à luz das aspirações dos povos em causa, assiste-se à oscilação das atitudes, à condenação formal da assistência dada por alguns às forças visadas pela intervenção imperialista, sob o pretexto do princípio sagrado da não ingerência nos assuntos internos.

As reacções registadas à brutalidade da operação de Stanleyville e aos seus prolongamentos que constituem hoje a «questão congoleza» fornecem a medida da fragilidade da solidariedade interafricana. O problema de fundo continua de pé: as contradições inerentes à natureza do poder político dos Estados.

O movimento de libertação nacional nos países não-dependetes

A exemplo dos nossos países, as modalidades de acção utilizadas nos territórios não-autónomos de África, têm a sua justificação no tipo de opressão sofrida pelos seus povos.

O movimento libertador nas zonas sob dominação espanhola, francesa, britânica e da minoria racista sul-africana atingiu estádios diferentes de desenvolvimento e não procede de uma doutrina política comum. Mas no conjunto, as vitórias conquistadas sobre a *dominação estrangeira* por cada um destes países não deixa de ter incidência sobre o nosso combate de libertação nacional. Do mesmo modo, a existência da luta armada, por vezes às suas fronteiras, abre novas perspectivas pela consecução dos seus objectivos.

Tendo em atenção as nossas situações regionais respectivas, a consolidação de laços de base política com as organizações nacionalistas deve ser o prelúdio ao alargamento da frente contra o inimigo comum—o imperialismo.

Assim, as mudanças em curso na Guiné Equatorial onde a administração colonial fez votar a lei-quadro, não deixarão de fazer progredir, em melhores condições, a luta das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

A África austral é o terreno de um vasto choque entre o movimento de libertação africana e as diversas sociedades financeiras que entre si partilham o controlo do subsolo mais rico da terra. Não é portanto surpreendente que o advento da independência africana suscite nesta região problemas ligados à manutenção dos privilégios económicos. Uma identidade de opções, num feixe de alianças, anima o conjunto das forças que se batem na frente de luta pela proeminência da «dominação branca» sobre o último terço do continente.

Das convenções bilaterais, estabelecendo o envio de trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul, à presença de soldados portugueses entre os mercenários em operações no Congo, a «partnership» do Governo de Salazar neste bloco não cessa de se manifestar activamente.

Uma solidariedade imperialista desta amplitude impõe às organizações nacionalistas da África Austral, a necessidade de uma sólida coordenação dos seus esforços.

Em torno da África do Sul, Angola e Moçambique são os territórios particularmente visados pela contra-revolução.

Na nossa perspectiva, o objectivo a atingir não é somente o de provocar o processo da descolonização, mas sobretudo o de criar as condições para a emergência das forças revolucionárias, susceptíveis de vencer a coalizão imperialista.

A O. U. A.

A OUA pode ser considerada como o quadro de luta pela unificação continental. É evidente que a mobilização dos recursos naturais e humanos de África ao serviço do progresso geral dos povos em todos os domínios da sua actividade, significaria claramente a redução da influência imperialista e neocolonialista sobre o continente.

A OUA reveste-se teoricamente de um carácter *instrumental* da liquidação dos obstáculos que estão ainda de pé no caminho dos povos pela sua libertação total. É assim que a entendem os mais fervorosos defensores da unidade africana, os quais são dirigentes das experiências sociais geralmente consideradas as mais progressistas em África.

No seio da OUA, as tentativas de constituição de *grupos de pressão* procedem de países cujas afinidades políticas têm como ponto de referência a antiga potência colonial. — Tal é o caso da *OCAM*.

Mas a unidade africana possui uma dialéctica própria. Assim a Carta de Addis-Abeba acelera a mutação revolucionária em direcção à unificação do continente contra as tendências centrífugas.

Esta Carta interessa-nos directamente uma vez que a eliminação do colonialismo sob todas as formas foi inscrita como um dos objectivos maiores (art. II-I. d) e que a dedicação sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos não ainda independentes foi exigida em princípio de Estado (art. III-6).

Noutros termos, a luta de libertação nacional é um ponto de convergência da unidade africana. As medidas inscritas sob o título da descolonização resultam das nossas reivindicações junto dos governos africanos. No quadro da concretização dessas medidas, um organismo dependente do secretariado da OUA foi encarregado de harmonizar a assistência fornecida pelos Estados Africanos à nossa luta. Uma rigorosa vigilância afigura-nos no entanto reconhecer no sentido de manter intransigentemente nas mãos dos nossos

povos, através das suas organizações nacionais, as iniciativas determinantes da marcha da nossa luta.

Conclusões

Esta breve análise da conjuntura africana à luz dos imperativos da nossa luta de libertação, permite-nos as seguintes conclusões:

a) A presença activa dos nossos povos como forjadores da história contemporânea e do futuro da África é um facto incontestável. Transcendendo as fronteiras de cada uma das nossas terras ou do seu conjunto, a nossa luta armada de libertação adquire cada dia mais, foros de um acontecimento popular e africano, porque ela postula e sintetiza face a um sistema colonial particularmente retrógrado a totalidade das reivindicações dos povos da África contra todas as formas de dominação estrangeira. Por outro lado, não podemos perder de vista—tão pouco a África o poderia fazer—que essa mesma luta exige aos nossos povos uma capitalização de energias e de sacrifícios que só poderá encontrar compensação válida na libertação total das nossas populações de todas as formas de opressão.

Isso quer dizer que, no plano da prática devemos por um lado, reforçar cada vez mais com base na coordenação das nossas acções a nossa luta armada de libertação nacional e estendê-la a todas as parcelas da África dominada por Portugal; por outro lado reivindicar sem reservas a solidariedade concreta dos estados e povos africanos ao nosso combate libertador.

b) O neocolonialismo é, na realidade, o maior perigo que ameaça os países africanos independentes ou aqueles que, como os nossos lutam ainda pela Independência. Com efeito, se é certo que Portugal não realizou nem realizará a tempo as condições económicas indispensáveis para uma solução neocolonialista nos territórios que domina, nem por isso os nossos povos estão livres desse perigo. A possibilidade da instalação do neocolonialismo nas nossas terras, provém não só da ofensiva imperialista contra a independência real e o progresso dos povos africanos mas também das próprias contradições da conjuntura africana.

Isso quer dizer que, na prática da nossa luta pela libertação e o progresso dos nossos povos, devemos ser capazes de elaborar uma ética comum na apreciação dos Estados africanos, assim como uma política antineocolonialista para as nossas organizações. Essa política deverá, nas suas linhas gerais, ser de severa intransigência em relação a todas as tendências ou manobras neocolonialistas no seio das nossas organizações e nas nossas terras, e, enquanto durar a nossa luta, de adopção de uma atitude de flexibilidade, mas de permanente vigilância, nas nossas relações com todas as entidades, africanas ou não africanas,- portadoras de hipóteses ou de influências neocolonialistas.

Devemos por outro lado saber alicerçar a solidariedade e mesmo as alianças necessárias com todas as forças africanas realmente contrárias ao neocolonialismo.

É na procura dessas alianças que se situa em particular, a necessidade de reforçar a nossa solidariedade (e até a colaboração ou a coordenação de esforços) com os movimentos de libertação nacional dos outros territórios africanos ainda sujeitos ao jugo colonial. Se o critério de uma tal colaboração ou coordenação de acções deve ter em vista principalmente o enfraquecimento das forças colonialistas, não deve no entanto esquecer a necessidade fundamental de desmascarar as manobras neocolonialistas e de vencer a coalizão imperialista, sobretudo na vizinhança dos nossos países.

c) *A África deve unir-se.* A própria aceitação universal desse princípio (veja-se o apoio unânime à Carta da OUA) põe o problema da forma e dos objectivos da unidade africana. Se todos estão de acordo na utilização desse meio para orientar, acelerar e con-

solidar as transformações a que a África está sujeita, as divergências são manifestas e múltiplas no que respeita à forma e às finalidades dessas transformações. Pode-se afirmar que, em última análise, o desfecho da luta pela unidade africana depende fundamentalmente da natureza dos Estados que os povos africanos foram capazes de forjar através dessa mesma luta.

Isso significa que, no plano da prática da nossa luta de libertação, devemos reforçar cada dia a consciência do valor da unidade progressiva do nosso continente, como elemento acelerador da construção do progresso dos povos africanos. Nessa certeza, devemos elevar constantemente a consciência das massas populares, construir e consolidar a unidade nacional em cada um dos nossos países, reforçar a nossa acção comum tanto no presente como na criação de bases seguras para a sua continuidade no futuro, reconhecer como aliados naturais todos os que vêm nos processos da unidade africana um meio para a libertação do nosso continente de todas as formas de opressão.

Nessa perspectiva, devemos encarar a OUA e todos os seus organismos especializados com a melhor compreensão e espírito de fraternal colaboração. Devemos no entanto reter nas mãos dos nossos povos—das suas organizações nacionais—a margem de independência que nos garanta a iniciativa tanto no quadro da luta como no da procura de soluções para outros problemas dos nossos países.

12.3 A libertação nacional e a paz - pedras angulares do não-alinhamento (*)

Os movimentos de libertação nacional que tiveram a honra de ser convidados para seguir de perto esta importante conferência não poderiam resignar-se a assistir ao seu encerramento sem vos transmitir a manifestação colectiva e pública da sua solidariedade com os ideais que animam a vossa acção a favor do entendimento entre os povos. Assim, tendo simultaneamente em conta o facto de o vosso tempo ser consagrado à procura da solução de problemas importantes e muitas vezes delicados, estes Movimentos quiseram dirigir-vos esta mensagem.

Permitam-nos, em primeiro lugar, agradecer fraternalmente aos Ilustres promotores e organizadores desta Conferência pelo convite que nos foi dirigido. Este convite e o apoio prestado à nossa iniciativa são um encorajamento para as nossas organizações e os nossos povos em luta contra a dominação colonial.

Queremos igualmente agradecer ao nosso ilustre anfitrião, Sua Excelência o presidente Gamal Abdel-Nasser, ao seu povo e ao seu Governo, pelo acolhimento e a hospitalidade singular de que, mais uma vez, fomos objecto nesta capital.

Há alguns dias que seguimos com extrema atenção as intervenções sobre o debate geral. Vemos aí razões bastantes para estarmos orgulhosos e para nos sentirmos fortemente encorajados na nossa luta libertadora.

Com efeito, estas intervenções, excelentes pela sua sensatez e pelo seu compromisso em relação à causa da humanidade, souberam reforçar em todos nós a confiança na política do não-alinhamento cujas expressões práticas e essenciais se traduzem simultaneamente pelo apoio incondicional à luta de libertação nacional dos povos ainda submetidos ao jugo estrangeiro, pelo combate firme a favor da «paz na justiça», da coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes, pela negação prática de todos os meios de destruição da humanidade e, finalmente, pela liquidação de todos os obstáculos que, como o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, a discriminação racial e a injustiça social, se erguem contra a dignidade, o progresso e a felicidade do homem.

Nas vossas intervenções, têm estigmatizado unanimemente o imperialismo e toda a espécie de dominação estrangeira como sendo a fonte principal das tensões, dos sofrimentos e dos perigos que pesam sobre a humanidade. Têm reafirmado sem equívocos o vosso ódio à guerra, às bases militares estrangeiras e ao recurso à violência como meio de resolver os conflitos entre ideologias, entre nações ou entre Estados. Têm defendido firmemente a coexistência pacífica, a cooperação internacional leal e construtiva, a necessidade de uma repartição justa das riquezas deste mundo, que são obra do homem. Têm demonstrado, por uma argumentação tão inteligente quanto isenta de preconceitos, que a interdição das experiências e das armas nucleares, bem como o desarmamento geral e completo, se tornaram uma condição necessária à garantia de sobrevivência da espécie humana, até mesmo do nosso planeta. Na vossa ambição justa e exemplar de servir a humanidade, têm reafirmado a vossa adesão aos princípios da Carta da ONU. Têm deste modo manifestado a firme decisão de agir eficazmente para a libertação imediata desse gigante de mãos atadas que é presentemente essa organização internacional, a fim de que, renovada na sua estrutura, democratizada nas suas instituições e reforçada na sua voz que ainda não exprime as centenas de milhões de seres humanos, ela possa servir, com toda a plenitude, as nobres causas de liberdade, da fraternidade, do progresso e da felicidade dos homens.

Mas fizeram mais. Ao traduzirem fielmente os sentimentos unânimes de solidariedade activa dos vossos povos com a nossa luta de libertação, deram uma prova evidente da

* Mensagem conjunta dos movimentos de libertação nacional à Conferência dos chefes de Estados e de governos de países não-alinhados, Cairo- 4 de Outubro de 1964.

vossa condição de combatentes da liberdade. Os nossos companheiros de luta ocupam presentemente o cargo de honra que a história vos reservou e que permite contribuir, por todos os meios necessários, para a liquidação urgente da dominação colonial nos nossos países. Nada esqueceram: nem a natureza criminosa e abjecta da política racista do «apartheid» na África do Sul e no Sudoeste africano, nem as manobras vergonhosas dos hipócritas da democracia colonial-racista na Rodésia do Sul e nos protectorados britânicos nem o carácter particularmente retrógrado do colonialismo fascista do Governo português na sua política de genocídio contra os povos africanos de Angola, da Guiné, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, nem a manutenção do colonialismo espanhol na Guiné Equatorial e noutros territórios africanos, nem finalmente a obstinação da França demorando a comprometer-se numa via de descolonização na Costa de Somalis e nalgumas ilhas da pátria africana.

No âmbito da vossa solidariedade concreta com a libertação nacional dos povos e do seu direito inalienável de disporem deles mesmos—uma das pedras angulares da política de não-alinhamento - souberam ainda dar, directa ou indirectamente, o vosso apoio fraterno aos povos de Cuba heróica e socialista, do Vietname do Sul combatente infatigável e vitorioso, de Chipre e do Congo tragicamente identificados na destruição duma evidente intervenção estrangeira, da Palestina árabe martirizada e de Porto Rico, essa pequena ilha tantas vezes esquecida, onde, de acordo com o testemunho que a sua delegação nos quis prestar, mais de dois milhões de seres humanos sofrem ainda o jugo Imperialista e colonial e lutam, apesar da potência que enfrentam, pela independência.

Os muros da Universidade do Cairo conservarão com compreensível zelo os ecos das vossas intervenções, que são outros tantos compromissos e lições de humanismo. E, amanhã, na procura das contribuições notáveis para o bem-estar da humanidade, alguns poderão perguntar se, face às limitações impostas à ONU neste ano de 1964, as conferências dos países não-alinhados, em que nenhum fantasma poderá abafar a liberdade de ser «livre» nem a fidelidade aos princípios, não constituem a mais importante, ou, pelo menos, a mais eficaz instância internacional dos nossos dias.

Antes de regressarmos ao nosso país a fim de continuar a luta, política ou armada, pela libertação urgente dos nossos povos, queremos reafirmar a nossa confiança activa no sentido prático deste encontro internacional de alto nível. Partimos convencidos de que as vossas afirmações e os vossos desejos serão materializados por actos concretos e por iniciativas próprias, individuais ou colectivas, visando dar um auxílio eficaz ao nosso combate libertador. Os nossos povos, que certamente seguiram o desenrolar essencial dos vossos debates públicos, estão a partir de agora certos do facto que os vossos Estados e os vossos governos estão prontos a dar-lhes uma contribuição real e eficaz em todos os planos necessários, a fim de apressar a liquidação do colonialismo nas nossas pátrias oprimidas.

Isto é tanto mais indispensável quanto, sabem-no bem, o nosso inimigo permanece vigilante e activo, pronto a responder pelo reforço da violência contra os nossos povos a qualquer ameaça às suas posições. As vossas palavras encorajantes e a vossa firme decisão de nos ajudar são susceptíveis de provocar no inimigo reacções às quais devemos fazer face com os meios materiais mais adequados.

Por outro lado, ninguém poderá interpretar como uma ingerência inoportuna nos vossos debates o apoio total que queremos dar às vossas tomadas de posição em geral e, muito particularmente, no que respeita a determinados problemas que interessam mais directamente à luta dos nossos povos.

Deste modo, estamos conscientes do carácter complexo da nossa luta que não se reduz unicamente à liquidação do jugo colonial. Queiramo-lo ou não, lutamos contra o imperialismo, que é o apoio do colonialismo, sob todas as formas. Ora, a experiência da longa luta anti-imperialista ensina-nos que não se trata para os movimentos de libertação

nacional de transigir com as forças do imperialismo.

É na base deste princípio universal que queremos exprimir a nossa firme convicção de que a nossa luta, seja ela política ou armada, é igualmente uma expressão da grande luta pela coexistência pacífica e pela paz. Queremos aplicar, com rigor, uma política de coexistência pacífica e de paz com todos os povos e todos os Estados, mas consideramos, no que diz respeito aos nossos casos concretos, como condição prévia para esta política de coexistência e de paz, a nossa própria existência enquanto nações e Estados livres e independentes. Para coexistir, é preciso em primeiro lugar existir e é preciso portanto que os imperialistas e os colonialistas sejam forçados a bater em retirada a fim de podermos dar à civilização universal uma contribuição nova, baseada no trabalho, na personalidade dinâmica e na cultura dos nossos povos.

Para dar esta contribuição na independência, na fraternidade e na igualdade com todos os povos, não nos parece necessário imiscuir-nos nas querelas ou conflitos ideológicos que dividem o mundo. Não temos necessidade de alinhar em qualquer posição: devemos estar e permanecer alinhados com as aspirações fundamentais dos nossos próprios povos. Existe, contudo, na ética do nosso não-alinhamento, uma necessidade vital de alinhamento; devemos ser capazes de tomar sem equívocos—e livres para o fazermos—qualquer posição que vise servir a dignidade, a emancipação e o progresso dos povos.

É neste âmbito de um compromisso consciente e independente que em nome dos Movimentos de Libertação aqui presentes, vos prestamos a nossa solidariedade pela atitude firme que souberam adoptar contra o que é preciso considerar como o bastardo sem vergonha de África. Os Movimentos de Libertação Nacional dão o seu total apoio às medidas tomadas pelos chefes de Estados africanos a respeito de Tshombé.

Vós representais todos os povos que têm, ainda que em graus diferentes, correspondentes à diversidade das condições históricas, uma experiência da luta de libertação nacional. Sabeis, portanto, melhor do que nós, que esta luta é, na sua própria essência, uma capitalização diária de esforços e de sacrifícios a favor de uma vida melhor e da libertação social.

Permitam-nos afirmar-vos que a política do não-alinhamento, definida há três anos em Belgrado e reforçada no decorrer desta conferência é uma garantia para os esforços e sacrifícios capitalizados pelos nossos povos em vista da sua libertação de qualquer espécie de opressão.

Assim, sejam quais forem os esforços e sacrifícios que temos ainda de fazer, queremos proclamar nesta mensagem a nossa determinação inquebrantável de libertar imediatamente os nossos povos por todos os meios necessários, bem como a nossa dedicação e a nossa solidariedade indestrutível à política viva do não-alinhamento,

É por isso que desejamos que, inspirados pelo próprio nome desta cidade histórica e luminosa—El *Kahira*, a Vitoriosa—os resultados dos vossos trabalhos possam traduzir-se por novas e decisivas vitórias contra as forças da repressão, pela liberdade, a paz, a fraternidade e o progresso dos povos, que, na altura da vossa próxima conferência, a mensagem dos movimentos de libertação nacional possa ser definitivamente substituída pela voz livre e cheia de esperança dos representantes legítimos de novas nações independentes, realmente não alinhadas e sinceramente dedicadas à causa da paz e do bem-estar da humanidade.

12.4 O nosso povo, o Governo português e a ONU (*)

O nosso povo, o povo da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, luta pelo seu direito à autodeterminação e à independência nacional. Aspira a decidir ele mesmo do seu futuro, sem qualquer espécie de intervenção estrangeira nos assuntos que lhe dizem exclusivamente respeito. Quer libertar-se totalmente do jugo colonial, a fim de constituir uma nação livre e soberana, no seio de uma África nova, progressivamente unida e independente.

A fim de realizar este objectivo, o nosso povo está determinado a vencer todos os obstáculos. Está até pronto a dar todos os passos necessários, sejam quais forem os sacrifícios a fazer.

Para o nosso povo são úteis todos os caminhos, processos ou modalidades que tornam inalienável o seu direito à autodeterminação e o conduzem, de uma maneira Irreversível, tanto à liquidação imediata da dominação colonial portuguesa como à conquista da independência nacional. É todavia evidente que o nosso povo, que está consciente dos seus interesses, de todas as realidades e de todos os caminhos que podem e devem conduzir a este mesmo fim, encararia de bom grado a oportunidade de poder, ele mesmo, decidir do caminho a seguir.

Mas o nosso povo sabe muito bem que os processos e as modalidades que é necessário utilizar para a restituição urgente do seu direito à autodeterminação, para a liquidação imediata da dominação colonial portuguesa e para o acesso à independência nacional não dependem unicamente da sua vontade. Se assim fosse, o nosso povo seria neste momento um povo independente, e a sua situação não constituiria portanto um problema internacional.

O nosso povo considera que a forma de restabelecer a legalidade internacional no seu país - respeito pelo direito à autodeterminação, liquidação do colonialismo e acesso à independência nacional - depende essencialmente dos seguintes factores;

1. O seu próprio desejo e a sua determinação de se libertar do jugo colonial, concretizados nas forças e nos meios humanos e materiais aos quais é capaz de recorrer para realizar este objectivo;

2. A atitude e o comportamento (moral, político e jurídico) do Governo português, enquanto parte directamente interessada no assunto;

3. A política internacional, ou seja, o resultado do comportamento dos factores de natureza interna e externa que determinaram, no plano internacional, a acção concreta (positiva ou negativa) tanto dos governos (consideradas isoladamente ou no seio das assembleias internacionais) como da própria Organização das Nações Unidas;

4. O tempo durante o qual se definiram, desenvolveram e solucionaram—em sínteses pacíficas ou através dos conflitos—as contradições próprias de cada um dos factores anteriores, em incessante transformação.

Desses quatro factores, determinantes principais para a solução do conflito que opõe o povo da Guiné ao Governo colonial de Portuga, o tempo é não só a única variável independente mas também aquela de que dependem todos os outros.

No desenvolvimento contínuo e acelerado do processo histórico da liquidação do sistema

() Relatório apresentado em Junho de 1962 perante a Comissão Espacial da ONU para os Territórios Administrados por Portugal (Extractos).

colonial, essa dependência de todas as determinantes em relação ao factor independente tempo, adquiriu um carácter tão fortemente significativo que, embora brevemente, vale a pena concretizá-la com um exemplo.

Considere-se como ponto de referência o momento da adopção (por 89 votos contra 0) da resolução sobre a descolonização, pala XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. (14 de Dezembro de 1960).

I. ANTES DA RESOLUÇÃO SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO

a) O povo da Guiné, com base na realidade concreta, da sua existência e apoiado no direito internacional, que garante a todos os povos o direito a disporem de si mesmos, o direito à independência nacional e, ainda, o próprio direito à insurreição contra a dominação estrangeira, lutava para poder dispor do seu destino (autodeterminar-se), para conquistar a independência nacional e liquidar a dominação estrangeira na sua pátria.

O povo da Guiné, enfrentando embora condições particularmente difíceis para estruturar e desenvolver a sua luta de libertação nacional, não dispunha então de uma base legal, no campo da realidade jurídica internacional, para apoiar a sua firme vontade de liquidar, por todos os meios, o sistema colonial da dominação portuguesa. E isso, apesar de essa dominação representar a negação de todos os direitos acima referidos, garantidos pelo direito internacional.

b) O Governo português, com base principalmente nos interesses económicos das classes dominantes e dos meios colonialistas portugueses (e até não portugueses), apoiado em subterfúgios jurídicos e no de há muito condenado «direito do mais forte sobre o mais fraco», *defendia, por* meio de uma poderosa e bem montada máquina de repressão, a perpetuação do sistema colonial português de dominação e exploração do povo da Guiné.

O Governo português, condenado embora pela opinião mundial, podia então, na ausência de uma base jurídica internacional que condenasse sem equívocos o *Inconfundível* sistema colonial, camuflar o seu sistema, aproveitar-se de todas as imprecisões ou meios legais da definição do direito à autodeterminação e à independência para negar esse direito ao povo da Guiné. E isso, apesar dai evidência da opressão e da repressão violenta a que este povo está sujeito.

c) A política internacional—a dos governos e da ONU—manietada pelas contradições entre os interesses dos Estados (alguns deles colonialistas) e os princípios consagrados na Carta daquela organização, sustentava, por um lado, a necessidade urgente de par em prática esses princípios, para todos os povos, mas, por outro lado, conceber e concretizar medidas eficazes para a geral efectivação do direito desses mesmos povos à autodeterminação e à independência.

Os Estados e organizações anticolonialistas, em particular a maioria das Nações Unidas, embora desejosos de fazer respeitar os princípios da Carta, não dispunham então de uma base legal que lhes permitisse não só conceber mas também realizar uma acção concreta contra todos os obstáculos à aplicação integral do direito dos povos à autodeterminação e à independência. E isso, apesar de ser evidente tanto para a ONU como para os Estados que o sistema colonial de dominação dos povos é o principal, se não o único obstáculo ao seu direito à autodeterminação e à independência.

II. DEPOIS DA RESOLUÇÃO SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO

a) O povo da Guiné, com base nessa Resolução, que condenou definitivamente o

sistema colonial e exige a sua liquidação imediata e total, o acesso de todos os povos coloniais à independência nacional, além de continuar a lutar pela aplicação prática dos princípios da Carta das Nações Unidas—pelo seu direito à autodeterminação e à independência, passou a lutar pelo cumprimento da referida Resolução, a qual consagrou, no quadro da realidade jurídica internacional, uma das mais justas e transcendentais conquistas da civilização.

O povo da Guiné cuja vontade e decisão de se libertar do jugo colonial foram reforçadas por essa Resolução, dispõe agora de uma base legal para exigir a liquidação do sistema colonial português ou para, se a tanto for obrigado, lançar mão de todos os meios ao seu alcance no sentido de destruir esse sistema. Não deixará de agir assim, em defesa da legalidade internacional e dos interesses da própria civilização.

b) O Governo português, sejam quais forem os interesses que defende contra os interesses do povo da Guiné, e sejam quais forem ainda os subterfúgios, «direitos» e camuflagens de que lance mão, não pode já ficar impune ao teimar querer perpetuar o seu *condenado sistema* colonial, em manifesto desrespeito tanto pelos princípios da Carta como pela nova disposição da lei internacional que condena esse sistema.

O Governo português, cuja primeira reacção à Resolução sobre a descolonização foi a apressada promulgação de «Reformas» que não são senão uma autodenúncia do seu sistema colonial, está *hoje* não só em falta para com a Carta das Nações Unidas, mas também em manifesta infracção para com a lei internacional: a permanência da dominação portuguesa na Guiné é não só ilegal, mas também contrária aos interesses da civilização.

c) A política internacional, que resolveu, através da ONU, as contradições ideológicas relativas ao problema colonial—solução essa traduzida pela Resolução sobre a descolonização—criou, com a adopção dessa Resolução, o instrumento legal necessário para a negação prática do principal e verdadeiro obstáculo à aplicação integral do direito dos povos à autodeterminação e à independência—o sistema colonial, agora definitivamente condenado.

A ONU, ainda mais do que os Estados e organizações anticolonialistas, dispõe actualmente de uma base legal que lhe permite conceber e realizar *medidas concretas* e eficazes contra esse obstáculo, tanto para fazer respeitar e cumprir os princípios da Carta, como para impor a legalidade internacional e defender os interesses da civilização. Sobre esta base, assegurada pelo direito internacional, a ONU e todos os Estados e organizações anticolonialistas podem e devem agir concretamente contra o Estado português, que, na ilegalidade e contra a civilização, continua a perpetuar na Guiné o «crime de colonialismo».

O factor tempo, influenciando de maneira independente os outros factores que condicionam a solução do conflito em causa, altera, portanto, significativamente, no período compreendido entre a proclamação da Carta das Nações Unidas e o momento *presente*, tanto a natureza desses factores como as coordenadas que determinam ou podem determinar o seu cumprimento.

Mas a influência do tempo, no condicionamento das transformações inerentes à evolução de um dado fenómeno, não é nem pode ser infinito, porque conduz necessariamente a transformações de natureza diferente e, portanto, a novos fenómenos. Por isso é que, no *interior da Guiné*, espaço em que realmente se processa o fenómeno da luta de libertação nacional do povo desse país, o desenvolvimento dessa luta, no caminho da independência nacional, acabará por atingir, em dado instante, um estágio de crise. É de admitir que, nesse instante ou a partir dele, a evolução da luta poderá libertar-se consideravelmente, se não totalmente, da influência dos factores externos, para, por meio de transformações mais ou menos bruscas, condicionadas unicamente pelo seu dinamismo interno, permitir o acesso do povo da Guiné à independência nacional.

Esta possibilidade, só temporariamente evitável, denuncia o carácter urgente da necessidade de resolver o conflito entre o povo da Guiné e o Governo português, e evidencia a responsabilidade dos factores externos—da política desse Governo e da política internacional—na solução de tal conflito, isto é, na determinação da modalidade do acesso do povo da Guiné à independência nacional.

Mas essa responsabilidade é ainda mais evidenciada pela análise das relações de dependência entre o comportamento do povo da Guiné e aqueles factores.

III. O POVO DA GUINÉ E O GOVERNO PORTUGUÊS

O povo da Guiné, através da sua organização do interior do país, manifestou já ao Governo português, claramente e perante a opinião mundial, que luta pela conquista da independência nacional. Tendo em consideração os seus próprios interesses de povo pacífico e amante da liberdade, os interesses do povo português e, ainda, a necessidade de preservar a paz e a segurança mundiais, o povo da Guiné afirmou já, inequivocamente, ao Governo português, que encararia com agrado a liquidação pacífica, por via de negociação, da dominação colonial portuguesa. Proclamou também, sem rodeios, o seu sincero desejo de ver preservadas as possibilidades de uma colaboração construtiva com o povo de Portugal, na base da independência e da reciprocidade de vantagens.

A reacção do Governo português às iniciativas construtivas do povo da Guiné, consistiu unicamente em reforçar a repressão no país e tentar camuflar essa repressão e a situação colonial da Guiné apor meio de «reformas» que, mesmo nos textos das leis que as estabelecem, em nada alteraram aquela situação.

O incremento da repressão e o contínuo e manifesto desprezo pelas legítimas aspirações do povo da Guiné, concorreram para reforçar a decisão desse povo de se libertar do jugo colonial português, por todos os meios necessários.

Embora firmemente decidido a desenvolver cada vez mais a sua luta de libertação nacional, o povo da Guiné continua, no entanto, a encarar com agrado a eventualidade de uma liquidação pacífica e urgente da dominação colonial portuguesa.

No momento actual, o problema do acesso do povo da Guiné à independência nacional, em relação ao comportamento do Governo português, pode ser sintetizado nas seguintes alternativas:

1.º Ou o Governo português aceita o princípio do direito desse povo à autodeterminação e à independência;

2.º Ou o Governo português continua a não aceitar esse princípio.

No primeiro caso, abrir-se-iam, a seguir à proclamação, por parte do Governo português, do reconhecimento do direito do povo da Guiné a autodeterminar-se e a ser Independente, novas perspectivas para a evolução da luta de libertação desse povo.

Confiado em que ainda não é tarde para o bom senso acabar (por prevalecer, o povo da Guiné continua pronto a entabular, por intermédio dos seus representantes legítimos, negociações, com o Governo português, com o fim de estabelecer a forma da liquidação pacífica da dominação colonial portuguesa e de definir as modalidades do acesso da Guiné à independência.

É evidente que, em tais circunstâncias, haveria lugar para, sem prejuízo da defesa intransigente dos direitos do povo da Guiné, serem tomados em consideração os interesses portugueses que, tendo-se desenvolvido nesse país, não sejam incompatíveis com a soberania nacional.

No segundo caso que, até agora tudo indica ser o da preferência do Governo português, todas as perspectivas de uma liquidação pacífica, da dominação colonial portuguesa na Guiné, ainda neste momento possível, ficariam prejudicadas. Então o povo da Guiné não teria mais do que continuar a desenvolver a sua luta e, por todos os meios, destruir as bases e os agentes do colonialismo português na sua pátria, onde não poderia haver lugar para qualquer espécie de consideração pelos interesses portugueses.

Conclui-se, portanto, que a possibilidade de uma solução pacífica do conflito que opõe o povo da Guiné ao Governo português, depende principalmente, se não exclusivamente, desse Governo. Nessa base, a modalidade do acesso do povo da Guiné à independência nacional depende também desse Governo, na medida em que é o seu comportamento que poderá determinar o estabelecimento de eventuais negociações que definiram essa modalidade.

O povo da Guiné manifestou já à ONU, também claramente e perante a opinião mundial, as suas justas aspirações à liberdade, à independência nacional. Ele considera que o seu próprio comportamento até o presente, é uma prova evidente de que deseja a liquidação pacífica da dominação colonial portuguesa, por via de negociações.

O povo da Guiné está grato à ONU pelos esforços que esta organização tem feito no sentido de pôr termo ao sistema colonial em geral, e, em particular, ao colonialismo português. Reconhece, por outro lado, que a adopção da Resolução sobre a descolonização e a criação da Comissão Especial para os Territórios Administrados por Portugal revelam inequivocamente, o desejo da ONU de liquidar definitivamente o sistema colonial, do qual o colonialismo português é o aspecto mais retrógrado. Estes factos concretos contribuíram, de maneira significativa, para reforçar a luta de libertação do povo da Guiné.

Também em relação à ONU, o problema do acesso desse povo à independência nacional pode ser sintetizado em duas alternativas:

1.º Ou a ONU, devidamente apoiada pelas forças democráticas do mundo, consegue conceber e levar à prática medidas concretas para impor ao Governo português o respeito pela Carta e pela Resolução sobre a descolonização, o regresso à legalidade internacional, a renúncia a uma posição contrária aos interesses da civilização e o fim da perpetração dum crime contra a humanidade;

2.º Ou a ONU, por carência de apoio, ou de métodos ou de meios práticos, ou de alguns ou de todos esses factores, não consegue demover o Governo (português da sua teimosa e absurda posição).

No primeiro caso—que se pode denominar como o do «reconhecimento concreto, por parte do Governo português, do respeito que deve ter para com a ONU»—cair-se-ia na hipótese, acima referida, da eventual aceitação por esse Governo da liquidação pacífica da dominação colonial portuguesa, por via da negociação. A posição do povo da Guiné, interpretada pelos seus legítimos representantes, seria, evidentemente, a já definida para semelhante hipótese.

Não só o prestígio da ONU estaria defendido, (ficando demonstrado que a Resolução sobre a descolonização é na realidade aplicável na prática) mas também, na defesa intransigente

dos direitos do povo da Guiné, haveria ainda lugar para tomar em consideração os interesses portugueses nesse país.

Nesta perspectiva, seria também de prever a hipótese de estudar e definir a participação e ajuda da ONU, na resolução prática do problema em causa, por intermédio dos seus representantes mais indicados para estas questões.

No segundo caso, ainda mais do que no da recusa do Governo (português sem a intervenção da ONU, a hipótese de via pacífica da liquidação do colonialismo português na Guiné deixaria de ter sentido.

O prestígio da ONU seria fortemente prejudicado, a Resolução sobre a descolonização correria o risco de ser considerada como um exercício teórico de direito internacional, e o povo da Guiné teria, ele próprio, que fazer cessar, pelos meios ao seu alcance, o crime perpetrado (pelo Governo português contra ele e contra a humanidade.

É justo concluir, portanto, que a possibilidade de a ONU contribuir para a solução pacífica do conflito que opõe o povo da Guiné ao Governo português, não depende desse povo—que quer a independência nacional e luta por ela—mas sim do tipo e do dinamismo das relações—pacíficas ou não—entre aquela organização Internacional e o Estado português. Nessa base, a modalidade a adoptar para o acesso do povo da Guiné a independência nacional também não depende, pelo menos imediatamente, do povo da , mas, principalmente da ONU, na medida em que é ela, como garantia e responsável das leis internacionais, a única entidade que pode impor ao Governo português a aceitação de eventuais negociações que definiriam a dita modalidade.

O povo da Guiné, reafirmando a sua confiança na ONU, espera que esta organização não deixará de adoptar com urgência medidas concretas e eficazes, para obrigar o Governo português a respeitar as leis internacionais.

Desempenhar-se-á, assim, das grandes responsabilidades que lhe cabem na liquidação definitiva do colonialismo na Guiné e servirá tanto o povo deste país e o de Portugal a paz e a segurança internacionais, ao obrigar o Governo de Portugal a cumprir:

dever para com a moral, a política e a justiça internacional do nosso tempo.

12.5 O povo da Guiné e Cabo Verde perante a ONU (*)

Permita-me que, antes de ler a minha intervenção, aproveite esta oportunidade para vos dirigir as nossas saudações respeitadas e dizer-lhe quanto nos sentimos honrados de estar aqui, presentes diante da quarta Comissão, para colaborar com ela no quadro da luta para a descolonização. E ao mesmo tempo, permita-me dirigir, em nome do nosso povo e através dos respeitáveis representantes dos países membros aqui presentes, as saudações fraternais e calorosas da nossa nação africana, e os nossos votos mais sinceros de êxito contínuo do trabalho desta Comissão e das Nações Unidas, ao serviço da libertação dos povos e do homem, ao serviço, pois, de uma paz e do progresso verdadeiro para o mundo.

Eis que, pela segunda vez, temos a insigne honra de nos dirigirmos a esta quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Fazemo-lo em nome do nosso povo africano, da Guiné e Cabo Verde, do qual o nosso Partido nacional, o PAIGC, é o único, legítimo e verdadeiro representante. Fazemo-lo com alegria e em plena consciência do facto de que vós sois nossos companheiros de luta. Esta luta difícil, mas tão exaltante pela libertação dos povos e do homem de toda a espécie de opressão, pelo advento de uma humanidade melhor, num mundo de paz, de segurança e de progresso.

Sem esquecer o papel, muitas vezes notável, da utopia na fecundação do progresso humano, somos no entanto bastante realistas.

Sabemos, com efeito que há entre Vossas Excelências representantes que, talvez contra a sua vontade, têm o dever de adoptar uma atitude obstrutiva, senão negativa, quando se trata dos problemas respeitantes à nossa própria luta da libertação nacional.

Ousamos dizer contra a sua vontade pois, além e aquém dos imperativos dos Estados, é-nos difícil crer que possa haver homens responsáveis que, no fundo de si próprios, sejam contra as aspirações legítimas do nosso povo africano à dignidade, à liberdade, à independência nacional e ao progresso. Pois, como diria o poeta, na época em que vivemos para se ser solidário com os que sofrem e lutam pela sua libertação, «já não é necessário ser corajoso, basta ser honesto».

A primeira vez que nos dirigimos a esta Comissão foi a 12 de Dezembro de 1962. Dez anos é sem dúvida um período bem longo e algumas vezes decisivo para a vida de um ser humano, mas é muito pouco, no quadro da existência ou da história de um povo. Contudo, grandes mudanças, radicais e irreversíveis se operaram na vida do nosso povo. Infelizmente não nos é possível invocar a memória de Vossas Excelências para compararem a situação de ontem e a de hoje, porque a maioria, senão a totalidade dos representantes nesta Comissão, não são os mesmos. Com Vossa licença, lembraremos rapidamente o que se passava então.

Foi num momento crucial da história da nossa luta. O massacre de Pidjiguiti, perpetrado pelos colonialistas portugueses, a 3 de Agosto de 1959, contra os estivadores de Bissau e os trabalhadores dos barcos de transporte fluvial em greve, fora, à custa de 50 mortos e de mais de uma centena de grevistas feridos, uma dolorosa lição para o nosso povo. Ficámos a saber que, contra os colonialistas portugueses, não se podia escolher entre a luta pacífica e a luta armada. Eles tinham as armas e estavam decididos a massacrar-nos.

Decidimos então, numa reunião clandestina da direcção do nosso Partido, realizada em Bissau, a 19 de Setembro de 1959, suspender todas as acções reivindicativas nas cidades e preparar-nos para a luta armada. Para isso, necessitávamos de uma base política e sólida no campo e, após três anos de uma actividade intensa de mobilização e organização das populações rurais, tínhamos conseguido criar uma tal base, apesar da vigilância cada vez

* Intervenção perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (XXVII Sessão), em Outubro de 1972.

maior das autoridades coloniais. Sentindo soprar as brisas anunciadoras de que um dirigente inglês chamou o «Wind of change», os colonialistas portugueses tinham desencadeado uma vasta acção de repressão policial e militar contra as forças nacionalistas. Em Junho de 1962, mais de 2 000 patriotas supostos de nacionalismo tinham sido presos em todo o país. Várias tabancas foram queimadas e a sua população massacrada. Dezenas de compatriotas foram queimados vivos ou afogados nos rios. Nas prisões, a tortura tinha feito dezenas de vítimas. A dialéctica da repressão tinha galvanizado a determinação do nosso povo na luta. Algumas escaramuças haviam já tido lugar entre patriotas armados e as forças de repressão colonialista.

Face a uma tal situação, achámos então que só uma intervenção adequada e eficaz da ONU a favor dos direitos inalienáveis do nosso povo poderia levar o Governo de Portugal a respeitar a moral e a legalidade internacional do nosso tempo.

Algumas pessoas poderiam, à luz dos acontecimentos que tiveram lugar ulteriormente, achar que éramos então ingénuos. Tínhamos achado que era nosso dever e nosso direito dirigir-nos à organização internacional. Foi num total contexto que achámos indispensável apresentar-nos à quarta Comissão. A nossa Mensagem foi sem dúvida o apelo de um povo confrontado com uma situação particularmente difícil, mas decidido a pagar o preço necessário à reconquista da sua dignidade e da sua liberdade. A nossa Mensagem foi igualmente uma prova de confiança na força dos princípios e na capacidade de acção da Organização das Nações Unidas.

Que dissemos então, perante a quarta Comissão?

Primeiramente, definimos claramente as razões e os objectivos da nossa presença perante a ONU. Dissemos o seguinte:

«... Estamos aqui como representantes do povo africano da Guiné «portuguesa» e de Cabo Verde. O nosso povo confia plenamente no nosso Partido, o PAIGC, a organização que o mobilizou e organizou para a luta de libertação nacional, para a difícil tarefa de liquidação no nosso país do colonialismo português. O nosso povo está, como o sabeis, amordaçado pela total ausência de liberdades fundamentais e pela repressão colonial portuguesa. Considera como seus legítimos representantes, com direito e dever de falar em seu nome, aqueles que, nos últimos quinze anos da história da África, têm defendido os seus interesses sob todas as formas possíveis e têm tido como missão fundamental da sua vida a de conduzir o nosso país à libertação total do jugo da dominação colonial estrangeira.

«... Não estamos aqui para fazer propaganda nem para arrancar resoluções de condenação do colonialismo português. Estamos aqui *para trabalhar convosco* no sentido de obter uma solução concreta dum problema que é tanto nosso como da própria ONU — a *libertação urgente do nosso povo do jugo colonial*.

«Não viemos aqui para atacar com palavras o colonialismo português. Estamos fartos de atacar e de ouvir atacar e condenar o colonialismo português, cujas características, subterfúgios, processos e actos, são sobejamente conhecidos da ONU e da opinião mundial.

«Viemos aqui para, na base da situação concreta do nosso país e apoiados nas leis internacionais, encontrar convosco, inclusive com a própria delegação portuguesa, o *caminho mais curto e mais eficaz para a liquidação urgente do colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde*.

«Para nós—para o nosso povo e para o nosso Partido—soou a hora de acabar com as indecisões e promessas, de tomar decisões definitivas e de realizar actos concretos. Consentimos já sacrifícios demasiados, mas estamos decididos a novos sacrifícios para reconquistar a nossa liberdade e dignidade de homens, seja qual for o caminho a seguir...»

«... Não é por acaso que só agora considerámos indispensável a nossa presença aqui. Para agir, mormente no âmbito dos problemas que nos trouxeram aqui, são necessários meios:

meios legais, humanos e materiais. Ora no decurso dos últimos anos, tais meios têm vindo a acumular-se, tanto para a ONU como para o nosso povo em luta. Estamos convencidos de que chegou o momento de agir e de que as Nações Unidas e o nosso povo podem na realidade agir.

«Para tal, pensamos que uma colaboração estreita e eficaz é indispensável. Nós temos o dever e o direito de ajudar a ONU para que ela nos ajude a conquistar a nossa liberdade e independência nacional. A nossa ajuda reside principalmente na informação concreta sobre a situação no nosso país, na definição clara da nossa posição, na apresentação de propostas concretas para a solução do nosso caso...»

Depois de ter exposto a situação existente no país, sobretudo no que respeitava ao reforço da repressão policial e militar, ao carácter falso das pretensas «reformas» adoptadas pelo Governo de Portugal em Setembro de 1961, e às perspectivas do desenvolvimento da nossa luta, tínhamos então analisado o problema da legalidade ou da ilegalidade desta luta. Dispensamo-me de lembrar passagens desta análise, e retomo no ponto seguinte:

«... Mas a Resolução sobre a descolonização veio preencher esta lacuna e criar uma situação nova à nossa luta. Condenado, o sistema colonial, cuja liquidação imediata e total é exigida por aquela Resolução, passou a ser um crime internacional. Nós passámos a ter, assim, uma base legal para exigir a liquidação do jugo colonial no nosso país, e, se necessário, para recorrer a todos os meios no sentido de destruir esse jugo. Mas não só nós. Sobre a base da dita Resolução, a ONU, assim como os Estados e organizações anticolonialistas—todas as forças da paz no Mundo—podem e devem agir concretamente contra o Estado português. Este, na ilegalidade e contra os interesses da civilização, continua a perpetrar no nosso país, como em demais países africanos, o «crime de colonialismo», e põe, assim, em perigo, a paz e a segurança internacionais.

«Mas a Resolução sobre a descolonização não engajou apenas Portugal e o nosso povo a liquidar a dominação colonial no nosso país. Ela engajou a própria ONU a fazer tudo por liquidar a dominação colonial onde quer que ela ainda exista, para facilitar a acessão de todos os povos colonizados à independência nacional.

«Estamos convencidos de que o Governo português não pode continuar impune na prática de um crime internacional. Estamos também convencidos de que a ONU dispõe de todos os meios necessários para conceber e realizar medidas concretas e eficazes, tanto para fazer respeitar os princípios da Carta, como para impor a legalidade internacional no nosso país e defender os interesses da paz e da civilização.

«Tal como no caso do Congo, em que, para/levar à prática as suas Resoluções, a ONU tem estado a agir *in loco* por meio de instrumentos e organismos próprios, ela pode (íamos a dizer deve) adoptar medidas concretas para levar à prática a Resolução sobre a descolonização do nosso país.

«Não estamos aqui a pedir que a ONU envie tropas para libertar o nosso país do jugo colonial português. Talvez o pudéssemos fazer, mas não cremos que isso seja necessário, porque estamos seguros de o poder fazer por nós próprios. Estamos a invocar um direito: o direito de obter a colaboração e uma ajuda concreta da parte da ONU para abreviar a nossa libertação do jugo colonial e, assim, diminuir as perdas humanas e materiais que uma luta longa pode exigir.

«Nós não estamos apenas conscientes da legalidade da nossa luta: estamos hoje conscientes de que, lutando *por* todos os meios pela liberdade do nosso país, lutamos em defesa da legalidade internacional, pela paz, ao serviço do progresso da humanidade.

«A nossa luta perdeu o seu carácter estritamente nacional para se projectar no campo internacional. No nosso país trava-se hoje, sob diversas formas, a luta do progresso contra a miséria e o sofrimento, da liberdade contra a opressão. Se é certo que as vítimas dessa

batalha não podem ser senão os filhos do nosso povo, não é menos verdade que cada companheiro nosso que sucumbe à tortura ou tomba sob as balas da metralha colonial portuguesa, se identifica, pelas esperanças e certezas que traz no coração e no cérebro, com todos os homens que amam a paz e a liberdade e desejam viver uma vida de progresso, em busca da felicidade.

«Nós não estamos a lutar apenas pela realização das nossas aspirações à liberdade e à independência nacional. Estamos a lutar—e lutaremos até à vitória—para que as resoluções e a Carta das Nações Unidas sejam respeitadas.

«Nas prisões, nas cidades e nos campos da nossa terra, trava-se actualmente a batalha entre a ONU—que exige a liquidação ao sistema colonial de dominação dos povos—e as Forças Armadas do Governo português—que pretende perpetuar esse sistema contra os legítimos direitos do nosso povo.

«Na realidade, quem somos nós, nesta luta travada em condições particularmente difíceis contra os colonialistas portugueses?

«Quando, em Elisabethville ou nas florestas do Congo um soldado indiano, etíope ou doutra nacionalidade tomba sob as balas do inimigo, trata-se de mais uma vítima que deu a sua vida pela causa da ONU. Morreu por um ideal justo, porque acreditava que as resoluções da ONU relativas ao Congo, têm por objectivo a realização da unidade, da paz e do progresso do povo congoles, na independência que reconquistou e a que tem direito.

«Para fazer respeitar essas resoluções, a ONU mobilizou soldados, aviadores, funcionários, técnicos e especialistas de vários ramos, e despense diariamente somas enormes. Nós acreditamos que a atitude da ONU é justa e que o povo congoles tem direito a toda a assistência que a mais alta organização internacional lhe tem prestado para a solução dos graves problemas que enfrenta.

«Quando, no nosso país, um companheiro nosso sucumbe às torturas da polícia, à assassinado na prisão, é queimado vivo ou tomba sob a metralha das tropas portuguesas, qual a causa por que deu a vida?

«Deu-a pela libertação do nosso povo do jugo colonial e, por isso mesmo deu-a leia causa da ONU. Lutando e morrendo pela libertação do nosso país, nós estamos, no contexto actual da legalidade internacional, a dar a nossa vida pelo ideal que a própria ONU definiu na sua Carta e nas suas Resoluções, em particular, na Resolução sobre descolonização.

«Para nós a única diferença que existe entre o soldado indiano ou o aviador italiano, ou o funcionário sueco que é morto no Congo, e o nosso companheiro que é morto na Guiné ou em Cabo Verde reside no facto de que, estando no nosso próprio país ao serviço do mesmo ideal, *nós somos os combatentes anónimos da causa da ONU.*»

«Estamos convencidos de que chegou o momento de tomar consciência desta situação e de modificá-la radicalmente. Ela não serve senão os inimigos da ONU e, no osso caso particular, o colonialismo português. Isso é claramente revelado pela desigualdade da nossa posição em relação à do colonialismo português no que se refere à mobilização dos meios materiais necessários ao prosseguimento do nosso combate.»

«Repudiando a condição de mendigo da liberdade, que se não coaduna com dignidade e o direito sagrado do nosso povo a ser livre e independente, nós reafirmamos aqui a nossa firme decisão de, sejam quais forem os sacrifícios a consentir, cuidar urgentemente a dominação colonial no nosso país e conquistar, para o nosso avo, a oportunidade de construir a paz, o seu progresso e felicidade».

Numa tal perspectiva e na base de uma tal decisão irrevogável, tínhamos definido então as três possibilidades que se ofereciam à evolução e à solução do conflito que opõe o Governo de Portugal ao nosso povo africano. Essas possibilidades eram as seguintes:

- 1.º — Mudança radical da posição do Governo português.
- 2.º — Uma acção imediata e concreta por parte da ONU.
- 3.º — Lutar unicamente pelos nossos próprios meios.

Como prova da nossa confiança na organização internacional e tendo em conta a influência certa que alguns dos seus membros podiam exercer sobre o Governo português, tínhamos então tomado em consideração unicamente as duas primeiras possibilidades e apresentado a esse respeito as propostas concretas seguintes:

Para a primeira alternativa:

- Contacto imediato entre a delegação portuguesa e a nossa;
- Consulta ao Governo português, para fixação de uma data próxima para abertura de negociações entre os seus representantes e os legítimos representantes da Guiné e Cabo Verde;
- Até à realização das negociações, cessação dos actos de repressão por parte das forças coloniais portuguesas e de todas as acções por parte dos nacionalistas.

«Da nossa parte, estamos prontos para os contactos e para as negociações, com ou sem intermediários. Declaramo-nos ainda prontos a negociar em qualquer local, inclusive em Portugal.

No contacto a estabelecer no seio da ONU, poderiam ser traçadas, após sondagens, as linhas mestras das nossas reivindicações imediatas no sentido da autodeterminação do nosso povo e da acessão do nosso país à independência nacional.

Para a segunda alternativa:

- Aceitação do princípio de que a ajuda da ONU só seria verdadeiramente eficaz se realizada simultaneamente nos planos moral, político, financeiro e material;
- Criação imediata, pela ONU, duma «Comissão Especial para a Autodeterminação e a Independência Nacional dos Territórios Administrados por Portugal»;
- Iniciação imediata dos trabalhos dessa comissão antes do fecho da presente sessão da Assembleia Geral, para estudar as modalidades e os processos de ajuda a prestar tanto ao povo da Guiné e Cabo Verde como aos outros povos que lutam contra o colonialismo português.

«Da nossa parte, estamos prontos a dar a melhor colaboração à comissão proposta ou a qualquer outro organismo da ONU que tenha como missão ajudar concretamente o nosso povo a libertar-se urgentemente do jugo colonial.»

Não tendo tido as nossas propostas nenhuma resposta favorável, nem por parte do Governo português, nem por parte da ONU, as forças patrióticas do nosso país passaram à acção generalizada contra as forças colonialistas, em Janeiro de 1963, para respondermos com a nossa luta armada de libertação, à guerra colonial da genocídio desencadeada contra o nosso povo pelo Governo de Portugal.

Passaram-se quase dez anos e eis-nos de novo perante a quarta Comissão. Mas a situação é completamente diferente tanto no interior da nossa terra como no plano internacional. Esta Comissão e a ONU estão mais do que nunca bem informadas sobre a situação existente na nossa terra. Com efeito, além da informação regular (relatórios, boletins de informação, comunicados de guerra e outros documentos que enviámos à ONU), comparecemos várias vezes, durante os últimos anos, perante o Comité de descolonização, para expor a situação da nossa luta e as perspectivas da sua evolução.

Dezenas de jornalistas, cineastas, homens e mulheres políticos, homens de ciências,

escritores, artistas fotógrafos e outros, de diversas nacionalidades, visitaram o nosso país a seu pedido ou a nosso convite e fizeram unanimemente testemunhos irrefutáveis sobre a nossa situação. Outros, muito poucos, fizeram-no do lado dos colonialistas, a convite da autoridade portuguesa. E, salvo raras exceções, os testemunhos não agradariam de maneira nenhuma a essas autoridades. Tal é, por exemplo, o caso da equipa da Radiotelevisão francesa que visitou todas as «províncias ultramarinas», mas cujo filme foi rejeitado pelo Governo de Lisboa por causa da parte relativa ao nosso país. Filme que, já, podemos projectar perante o Conselho de Segurança em Addis-Abeba. Tal é também o caso do grupo de representantes do povo americano dirigido pelo congressista Charles Diggs, cujo relatório sobre a visita que fizeram ao nosso país deve merecer a melhor atenção desta Comissão e de todos aqueles que desejam obter uma informação baseada na situação da nossa terra.

Mas a ONU dispõe, presentemente, de uma informação que é, segundo a nossa opinião, mais preciosa ainda: o relatório da Missão Especial que, a nosso convite, e devidamente autorizada pela Assembleia Geral, visitou as regiões libertadas da nossa terra em Abril passado. Não é, pois, por causa de uma necessidade premente de informação que estamos aqui.

Por outro lado, os crimes perpetrados quotidianamente pelos colonialistas portugueses contra o nosso povo são suficientemente conhecidos pela ONU e pela opinião mundial. Vítimas vivas de repressão policial e militar portuguesa, fizeram testemunhos diante das instâncias da ONU, sobretudo diante da Comissão dos Direitos do Homem. Ainda o ano passado, durante a 26.^a sessão, dois dos nossos compatriotas, um queimado por «napalm» no terceiro grau, outro com as orelhas cortadas e com traços evidentes de torturas, compareceram perante esta Comissão. Os visitantes ao nosso país, inclusive os membros da Missão Especial das Nações Unidas, puderam constatar no próprio local os horríveis efeitos da acção criminosa dos colonialistas portugueses contra a população e contra os seus materiais, fruto do trabalho do nosso povo. Mas a ONU sabe muito bem também, como nós, que não são as condenações e as resoluções, seja qual for o seu teor moral e histórico, que obriga o Governo de Portugal a pôr termo ao crime de lesa-humanidade que ele comete no nosso país. Não é, pois, para obter novas condenações resoluções mais violentas contra os colonialistas portugueses que estamos aqui de novo, perante esta Comissão.

Não é tão pouco para pedir a Vossas Excelências que lancem um apelo aos aliados do governo de Portugal para que cessem de lhe conceder o apoio político e a ajuda material, militar, económica e financeira - a qual é o factor primordial na continuação da guerra colonial portuguesa contra a África. Isso foi feito muitas vezes sem nenhum resultado positivo. Devemos constatar, não sem pena, que tínhamos razão quando, há quase dez anos, declaramos perante esta Comissão que, face à realidade concreta da economia portuguesa e dos interesses dos Estados aliados do Governo de Portugal, a recomendação, e até a exigência do boicote diplomático, económico e militar, não podia ser uma medida eficaz de ajuda ao nosso povo. Pelo contrário, os factos provaram que, agindo ou forçados a agir como verdadeiros inimigos da libertação e do progresso dos povos africanos, os aliados do Governo português, em particular algumas das principais potências da NATO, não só reforçaram a sua ajuda aos colonialistas mas também recusaram, senão boicotaram sistematicamente qualquer cooperação com a maioria e, no seio da ONU, procura definir legalmente as vias e meios políticos e outros que permitam levar o Governo de Portugal a respeitar os princípios da organização e as resoluções da Assembleia Geral.

Não foi há dez anos, mas é nos últimos anos que o Governo português recebeu dos seus aliados as quantidades mais importantes de material de guerra, os aviões a reacção, os helicópteros, as canhoneiras, as vedetas, etc. Não foi em 1962, mas este o mesmo que o

Governo de Portugal recebeu uma ajuda financeira de cerca de 500 milhões de dólares de um dos seus aliados principais.

Para que Estados que se proclamam campeões da liberdade e da democracia, defensores do «mundo livre» e da causa da autodeterminação e da independência dos povos, teimem desta maneira em apoiar e ajudar concretamente o colonialismo mais retrógrado do mundo, é porque têm, pelo menos em sua opinião, boas razões para o fazer. Talvez devêssemos procurar compreendê-los. Mesmo se essas razões são inconfessadas ou inconfessáveis. Devemos certamente ser suficientemente realistas para pararmos de sonhar e pedir o impossível. Pois, como diria o nosso povo africano, **só** nos contos ó que poderás atravessar o rio às costas do amigo crocodilo.

Aqui estamos, com Vossas Excelências, perante a ONU, para tentarmos, como antes, obter para o nosso povo em luta uma ajuda concreta e eficaz, por parte da organização internacional. Mas, como já o dissemos, e como sabeis, a situação presentemente é, em todos os campos, diferente da de 1962. Diferente é também a ajuda de que necessitamos.

Com efeito, durante quase dez anos de luta armada e à custa de esforços e sacrifícios enormes, libertámos da dominação colonial portuguesa cerca de 3/4 do nosso território nacional, dos quais controlamos efectivamente 2/3. Isso quer dizer concretamente que, na parte maior da nossa terra, o nosso povo dispõe presentemente de uma organização política sólida —a do nosso Partido; de uma organização administrativa em desenvolvimento, de uma organização judiciária, de uma economia nova, livre de toda a exploração do trabalho das nossas populações; de diversos serviços sociais e culturais (saúde, higiene, educação) e de outros meios de afirmação da sua personalidade assim como da sua capacidade de tomar em mãos o seu destino e gerir a sua própria vida.

Dispomos de uma organização militar, totalmente integrada e dirigida pelos filhos do nosso povo. Tanto as nossas Forças Armadas Nacionais—cuja tarefa é atacar sistematicamente as tropas colonialistas onde elas se encontram ainda, a fim de terminar a libertação do país—como as nossas Forças Armadas Locais—que garantem a defesa e a segurança das regiões libertadas—são hoje mais poderosas do que nunca, temperadas por uma experiência de quase dez anos de combate. A prova é que os colonialistas não são capazes de recuperar nenhuma parcela das nossas regiões libertadas, que lhes causamos cada vez mais perdas e que podemos dar-lhes golpes cada dia mais duros, inclusive nos principais centros urbanos, como Bissau, a capital, e Bafatá, a segunda cidade do país.

Todavia, para o nosso povo e para o seu Partido nacional, o êxito mais importante da nossa luta não reside no facto de que, apesar das condições particularmente difíceis afrontadas pelo nosso povo, temos sido capazes de nos batermos vitoriosamente contra as tropas colonialistas portuguesas. O êxito maior do nosso combate é o facto do que, ao mesmo tempo que nos batemos, temos sido capazes de começar a construir uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural, nas regiões libertadas. Uma vida ainda muito dura, é certo, porque ela exige de nós muitos esforços e sacrifícios face à realidade de uma guerra colonial de genocídio. Mas uma vida cheia de beleza, porque de trabalho produtivo eficaz, de liberdade, de democracia, na dignidade reconquistada do nosso povo.

Com efeito, estes quase dez anos de luta não só forjaram uma nação africana nova e sólida, mas também fizeram nascer um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus deveres no solo da nossa Pátria africana. Podemos mesmo afirmar que o resultado transcendente da nossa luta, o qual é, ao mesmo tempo, a sua força principal, é a consciência nova que caracteriza presentemente os homens, as mulheres e até mesmo as crianças da nossa terra.

E que ninguém se admire se ousamos afirmar que não sentimos orgulho particular pelo facto de que cada dia, e pela força das circunstâncias, criadas ou impostas pelo Governo de

Portugal, um maior número de jovens portugueses sucumbe ingloriamente sob o fogo intenso das armas dos nossos combatentes. Não; estamos orgulhosos, sim, estamos muito orgulhosos da consciência nacional cada dia maior das nossas populações, da unidade doravante indestrutível do nosso povo, forjada na luta do desenvolvimento harmonioso e simbiótico das culturas dos diversos grupos étnicos; das escolas, dos hospitais e dos postos sanitários que funcionam em pleno dia, apesar das bombas e dos assaltos terroristas dos colonialistas portugueses. Estamos orgulhosos dos arma-

Isso quer dizer que não achamos que a ONU seja capaz de fazer mais em favor da nossa luta? Não, estamos convencidos de que a organização internacional pode e deve fazer mais para acelerar o fim da guerra colonial na nossa terra e a libertação total do nosso povo. É por isso que em Addis-Abeba submetemos propostas concretas ao Conselho de Segurança quando tivemos a honra de ser ouvidos por este órgão. É também em razão desta confiança na ONU e na sua capacidade de acção, especialmente no nosso caso concreto, que estamos aqui para submeter a Vossas Excelências novas propostas que visem a uma cooperação mais estreita e mais eficaz entre a organização internacional e o nosso Partido, representante legítimo do nosso povo.

Antes disso, queremos falar especialmente de alguns acontecimentos importantes, digamos mesmo transcendentais, que tiveram lugar na nossa terra nos últimos meses.

Não falaremos dos êxitos obtidos pelos nossos combatentes durante este ano, embora sejam muito importantes. Falaremos, antes de mais, da visita da Missão Especial das Nações Unidas ao nosso país, efectuada no mês de Abril último, a despeito da agressão terrorista desencadeada pelos colonialistas portugueses contra o Sul libertado, para tentarem evitar que ela se realizasse. Acontecimento histórico e único no quadro das actividades da ONU e dos movimentos de libertação, esta visita foi uma grande vitória do nosso povo, mas também da organização internacional e da humanidade. Ela trouxe um impulso novo à coragem e à determinação do nosso povo e dos nossos combatentes, que consentiram sacrifícios por causa da sua realização.

Se é verdade que as constatações da Missão Especial não são mais do que a confirmação dos testemunhos de vários visitantes insuspeitos, de diversas profissões e nacionalidades, nem por isso essas constatações deixam de ter um valor e um significado particular, porque são constatações da própria ONU, feitas por uma missão oficial devidamente autorizada pela Assembleia Geral e integrada e composta por dignos representantes de três Estados membros da organização. Por isso queremos sublinhar perante V. Excelências a importância transcendente do êxito da Missão Especial, agradecer a Assembleia Geral por a ter autorizado, agradecer ao Equador, à Suécia e à Tunísia por terem permitido aos seus ilustres representantes, respectivamente, Suas Excelências os Senhores Horácio Sevilla Borja, Folke Lofgren e Kamel Belkhiria por terem feito parte dela. Renovamos as nossas felicitações a todos os participantes, inclusivamente ao secretário, Senhor Chetk Tidiane, e o fotógrafo Youtaka Nagata, funcionários do Secretariado Geral, por terem levado a cabo com coragem, determinação e consciência exemplar das responsabilidades, um acto histórico e profundamente humanitário, ao serviço da ONU e do nosso povo, portanto ao serviço da humanidade.

Porém, será preciso lembrar que um acto, sejam quais forem as suas motivações, ficará sempre um acto estéril se ele não tiver consequências práticas concretas?

Ao convidarmos a ONU a enviar uma Missão Especial ao nosso país, não tínhamos de modo nenhum como objectivo provar o que é hoje uma realidade conhecida por toda a gente: a soberania do nosso povo sobre vastas regiões da nossa terra. Tínhamos, sim, deliberadamente, querido criar, para a ONU, mais uma base concreta para o desenvolvimento eficaz da sua acção contra o colonialismo português. O êxito da Missão Especial criou esta base. Parece-nos justo e indispensável servirmo-nos dela e tirar dela todas as

consequências, pois, de acordo com a opinião da Missão Especial, estamos convencidos do que a situação política, e até mesmo jurídica do nosso povo não pode e não deve ser a mesma que antes. Estamos também convencidos de que a ONU será capaz de pôr em prática as recomendações da Missão Especial e declaramo-nos prontos a dar toda a colaboração necessária neste sentido.

Claro que todo o acontecimento importante tem o seu aspecto anedótico. E o êxito da Missão não poderia escapar a esta regra. Houve, a reacção verbal e escrita, tão desesperada como ridícula, do Governo de Lisboa. A este respeito, limitar-nos-emos apenas a citar o ditado do nosso povo que afirma: aquele que cospe para o céu não faz mais do que sujar a cara.

Aliás, se me permitis, lembrarei aqui perante Vossas Excelências um facto muito pertinente. Quando, pela primeira vez na história da humanidade, um satélite artificial foi lançado ao Cosmos, um professor de Física do Instituto Superior Técnico de Lisboa deu uma entrevista à imprensa da capital portuguesa, para afirmar que não acreditava que um satélite estava realmente a girar em torno da terra. E tentava demonstrar cientificamente que isso não era possível. Todos os estudantes de Lisboa e, sobretudo, os do seu instituto, tomaram esta decisão: telefonar-lhe todos os dias para lhe repetir ao ouvido os sinais do satélite: bip, bip, bip...

Destacaremos igualmente um outro acontecimento não menos importante; a criação da primeira Assembleia Nacional do nosso povo, na Guiné.

Temos a honra de anunciar a esta Comissão que acabámos de realizar as eleições gerais, universais e secretas, em todas as regiões libertadas, para a criação dos Conselhos Regionais e da nossa primeira Assembleia Nacional, que será composta de 120 representantes, dos quais 80 eleitos entre as massas populares e 40 entre os quadros do Partido. O nosso povo e o nosso Partido estão firmemente determinados a tirar todas as consequências da criação destes novos órgãos de soberania. A nossa Assembleia Nacional será chamada a proclamar a existência do nosso Estado e a dotá-la de um executivo, que funcionará no interior do nosso país. Para isso estamos certos do apoio fraternal e activo dos Estados africanos independentes. Estamos encorajados pela certeza de que não só a África mas também a ONU e todos os Estados verdadeiramente anticolonialistas saberão tirar todas as consequências desta evolução carta, política e jurídica, da situação da nossa nação africana.

A verdade é que, na etapa em que estamos da nossa luta, o Governo português já não pode nem deve representar o nosso povo no seio da ONU ou de qualquer outra organização ou organismo internacional. Da mesma maneira que não poderia representá-lo no seio da OUA. E é por isso, que, para nós, não se põe o problema de pedir a expulsão de Portugal da ONU ou de qualquer outra organização internacional. O verdadeiro problema é saber se o nosso povo, que é soberano na maior parte do seu território nacional, que acaba de criar a sua primeira Assembleia Nacional a que vai proclamar a existência do seu Estado, dotado de um executivo, terá ou não o direito de integrar à Comunidade Internacional, no quadro das organizações de que dispõe, e apesar da ocupação de uma parte do nosso país por forças militares estrangeiras. O problema verdadeiro que se nos põe é o da saber se a ONU e todas as forças anticolonialistas estão dispostas a reforçar o seu apoio e a sua ajuda moral, política e material à nossa nação africana, de acordo com as suas possibilidades concretas.

É verdade que a guerra está ainda no seu auge na Guiné e que devemos consentir ainda sacrifícios para acabar a libertação da nossa pátria, o que, aliás, já aconteceu e acontece ainda a outros povos que dispõem de governo próprio e duma personalidade jurídica internacional. Mas, também é verdade que, graças à solidariedade internacional, dispomos cada dia de mais meios, e de meios mais eficazes, para dar golpes mais duros às tropas

coloniais portuguesas. E que a determinação do nosso povo, assim como a coragem e a experiência dos nossos combatentes são cada dia maiores.

E se não afirmamos que Portugal se arrisca a uma derrota militar na nossa terra, é simplesmente porque ele nunca teve qualquer possibilidade de se sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aqueles que tiveram pelo menos uma possibilidade de se saírem vitoriosos.

É também porque continuamos, como sempre, fiéis aos nossos princípios de paz, de busca do diálogo e da negociação como fim do conflito que opõe o nosso povo ao Governo de Portugal.

Em Cabo Verde, onde a fome se faz de novo sentir vivamente, enquanto os colonialistas reforçam a repressão devido ao progresso da nossa acção política, estamos determinados a desenvolver a luta por todos os meios necessários, a fim de libertarmos completamente o nosso povo africano do jugo colonial português.

Denunciamos perante Vossas Excelências o facto revoltante de que o Governo de Portugal se aproveita agora da fome no arquipélago para exportar os trabalhadores para Portugal e para as outras colónias, a fim de enfraquecer as forças vivas do nosso povo e tentar assim destruir a nossa luta. Queremos reafirmar que, na base da comunidade de sangue, de história, de interesses e de luta das populações da Guiné e Cabo Verde, estamos determinados a todos os sacrifícios necessários para libertarmos o arquipélago da dominação colonial portuguesa.

Submetemos à apreciação da ONU, por intermédio desta Comissão, as propostas seguintes, baseadas na realidade concreta da vida do nosso povo e em tudo o que acabámos de dizer:

1. Diligências Junto do Governo português a fim de que abram imediatamente negociações entre os representantes deste governo e o nosso Partido. Propomos que essas negociações tenham como base de trabalho a procura das vias e dos meios adequados e mais eficazes para o acesso urgente do nosso povo à independência. No caso de o Governo de Portugal responder favoravelmente a uma tal diligência, poderíamos estudar ao mesmo tempo a maneira de tomar em consideração os interesses de Portugal no nosso país.

2. Aceitação dos delegados do nosso Partido, com a capacidade de membros associados ou de observadores em todos os organismos especializados da ONU, como únicos e legítimos representantes do nosso povo, tal como acontece já em relação à Comissão Económica para a África (CEA).

3. Desenvolvimento de uma ajuda concreta destes organismos especializados, sobretudo da UNESCO, da UNICEF, da OMS e da FAO, ao nosso povo, no quadro da reconstrução nacional do nosso país.

(A este respeito, antes de falar da quarta proposta, sugerimos que os organismos especializados da ONU, que devem cooperar ou colaborar com os movimentos de libertação, possam superar muitas normas, digamos, de burocracia, de legalismo, para que essa ajuda, essa cooperação possa ser a mais eficaz possível).

4. Apoio da ONU, moral e político a todas as iniciativas que o nosso povo e o nosso Partido estão decididos a tomar para acelerar o fim da guerra colonial portuguesa e o andamento da independência da nossa nação africana, e para que esta possa em breve ocupar o lugar que lhe compete, de direito, no seio da Comunidade Internacional.

Na perspectiva de estas propostas serem seriamente tomadas em consideração, lançamos um veemente apelo a todos os Estados membros da ONU, em particular aos aliados de Portugal, aos países da América Latina, especialmente ao Brasil, para que compreendam a nossa posição e dêem o seu apoio às aspirações legítimas do nosso povo africano à liberdade, à independência e ao progresso a qual ele tem direito.

Estamos absolutamente certos de que os governos dos povos sul-americanos e,

particularmente, do Brasil, compreenderão muito bem as nossas posições, pois que esses mesmos povos tiveram de se bater para se libertarem do jugo colonial. A esse respeito, lembro que o ministro dos Negócios Estrangeiros e o Governo de Portugal têm o hábito de citar o caso brasileiro. Abusa, talvez, da convicção de que os outros ignoram a História. Porque o Brasil veio para a independência através da luta armada, depois que D. Pedro, príncipe de Portugal, mas ligado ao povo brasileiro, gritou, nas margens do rio Ipiranga, com os seus companheiros de luta, «independência ou morte». Este grito de rebelião ficou na história sob o nome de «grito do Ipiranga».

Pois bem, era o caso de D. Pedro, filho do rei de Portugal. Mas o próprio Portugal se tornou uma Nação independente, um Estado, através de uma luta fratricida. Mais do que fratricida porque D. Afonso Henriques se revoltou contra a mãe, D. Teresa, para poder conquistar a primeira independência do povo de Portugal.

Mas nós não somos portugueses, menos ainda filhos do rei de Portugal, do primeiro-ministro de Portugal ou da rainha de Portugal.

Antes de terminar, permitam-nos agradecer muito vivamente a todos os países africanos, aos países socialistas, aos países nórdicos e outros, que dão à nossa luta a sua ajuda fraternal para nos facilitarem a tarefa grandiosa da libertação do nosso povo.

Queríamos igualmente agradecer aqui, diante de Vossas Excelências, às organizações internacionais, tais como o *Conselho Mundial das Igrejas*, o *World Church Service*, a *Joseph Rowmree Social Trust* de Inglaterra e outras organizações não governamentais que ajudam a nossa luta.

Temos também alguma coisa a dizer aos Estados que ajudam Portugal. Declaramos que não aceitamos que essa posição coincida com os sentimentos da maioria dos povos desses Estados. Declaramos igualmente que, seja qual for a ajuda que dão a Portugal, por um lado, não os confundiremos nunca com o colonialismo português, por outro lado, esta ajuda não poderá evitar de maneira nenhuma a libertação total do nosso povo. E saibam que, com os nossos sentimentos e a nossa cultura africana, estaremos prontos a compreendê-los um dia, e estamos abertos a uma cooperação sã ao serviço de uma vida de paz e progresso para o nosso povo e no interesse também dos seus próprios povos.

Abusei do tempo, peço desculpas, tinha ainda muitas coisas a dizer, por que a luta é muito complexa. Mas quero simplesmente agradecer a Vossas Excelências pelo acolhimento e a atenção dispensadas, e, ponho-me à disposição da Comissão para tentar responder às suas perguntas. Não sem repetir, sem reafirmar a certeza na vitória do nosso povo na Guiné e Cabo Verde, na sua luta pela independência e o progresso.

12.6 Portugal é imperialista ? (*)

Na nossa luta, não procuramos explicar aos nossos militantes, ao nosso povo, às nossas populações, a natureza profunda da luta contra o imperialismo: profunda e complexa. A situação do nosso povo era tal, antes do início da luta, a nossa experiência política estava de tal modo reduzida a zero que seria difícil termos o problema da luta na base de um combate contra o colonialismo, contra o imperialismo directamente. Tivemos de orientar a mobilização do nosso povo e a sua organização para a luta, a partir, em primeiro lugar, dos problemas concretos, diários, da sua vida, para passar a generalizações sobre o colonialismo e o imperialismo. Hoje, as pessoas compreendem muito bem o que é o colonialismo, e o colonialismo português em particular, e começam a desenvolver nos seus espíritos uma visão clara do fenómeno imperialista. Mas no ano passado, durante uma reunião com membros das comissões da base do nosso Partido, discutia eu com eles os problemas respeitantes ao colonialismo português, e eu dizia que Portugal não é um país imperialista, que Portugal é um país colonialista atrelado ao imperialismo, mas que ele próprio pela sua natureza, não é um país imperialista.

Quem quer que conheça a economia de Portugal através da sua história, facilmente constata que a infra-estrutura económica portuguesa nunca atingiu um nível que se possa classificar de imperialista. O próprio Portugal, depois do Tratado de Metween, em 1711, tornou-se uma semicolónia da Inglaterra, e Portugal, ao nível da exploração em África, foi e é apenas um intermediário da exploração imperialista dos nossos povos. É a polícia para esta exploração mas não é verdadeiramente a potência imperialista que explora os nossos povos. Basta lembrar que a maior parte das indústrias portuguesas, incluindo as do vinho do Porto, os caminhos de ferro, os telefones, etc., pertencem, tal como as minas portuguesas, a empresas estrangeiras. Basta lembrar que mais de 60% das suas exportações de Angola e Moçambique se destinam aos Estados Unidos, à Inglaterra, à Bélgica, à França, à Alemanha Federal e não a Portugal.

Mas o meu camarada, o camponês, da comissão de base de uma tabanca que não sabia estas coisas, quando me ouviu dizer que Portugal não é imperialista, disse-me:

«Cabral, toda a gente nos diz que lutamos contra o imperialismo, que nos batemos contra os portugueses e vens agora dizer-nos que eles, não são imperialistas, então diz-me: quem é esse Senhor Imperialista que ninguém vê, mas de que toda a gente fala?» Eis colocado, na linguagem de um camponês, um problema capital da luta contra o imperialismo: o da distinção entre *imperialismo e dominação imperialista*. Por vezes, ouve-se muita gente gritar: «Abaixo o imperialismo», no seu próprio país, mas finalmente lutam contra a dominação imperialista. Parece-nos de primeira importância caracterizar e distinguir o imperialismo da dominação imperialista, situá-los no seu contexto histórico e definir a sua posição geográfica.

Como bem sabem, historicamente, da Idade Média surgiu um novo sistema de produção, que se chamou capitalismo. O capitalismo desenvolveu-se em determinados países com todas as contradições próprias ao desenvolvimento dos fenómenos da história, e atingiu neste desenvolvimento uma nova fase, que se chamou imperialismo. O imperialismo é o resultado da concentração gigantesca do capital financeiro nos países capitalistas através da criação dos monopólios, em primeiro lugar os monopólios das empresas capitalistas. Esta dominação dos monopólios nos países capitalistas é em primeiro lugar um fenómeno económico, de forma nitidamente característica. Em seguida acrescentam-se implicações de carácter político, social, cultural, moral, etc. É portanto preciso por um lado distinguir o

* (*) Extractos da Conferencia em Helsínquia, em 20 de Outubro de 1971.

facto económico destas implicações e, por outro, caracterizar a relação do imperialismo com o resto do mundo. Não é exagerado afirmar que a partir do momento em que a dominação económica e política do capital financeiro, portanto dos monopólios, atinge um determinado nível e se consolida, trava-se uma luta sangrenta entre o capital de livre concorrência e o capital financeiro, este representado pelos monopólios e os bancos. E até mesmo uma análise superficial da história económica contemporânea e dos nossos dias mostra que, nesta luta, o capital financeiro, ou seja o imperialismo, sai em geral vitorioso. Quer dizer que o capitalismo segregou o imperialismo ao mesmo tempo que as condições para a destruição do capitalismo.

Sabem que esta situação nova se caracteriza por complexos de contradições, que levanta uma confrontação permanente, aberta ou não, pacífica ou não, entre os próprios países imperialistas, à procura de novos equilíbrios nas relações de forças, e em função da necessidade de obter matérias-primas e mercados,

Analisado desta forma, o imperialismo surge com a sua verdadeira face, e, situado onde está verdadeiramente situado, ou seja nos países capitalistas tornados imperialistas. O imperialismo existe portanto nos países capitalistas e não nos nossos países.

É desta necessidade de mercados novos, de matérias-primas cada vez em maiores quantidades, desta sede insaciável de mais-valia que nasce a dominação imperialista no mundo. Quando o imperialismo atingiu um nível muito importante, tinha já procedido a uma divisão do mundo, e foi no início deste século que fez esta nova divisão, sobretudo de África, quando da Conferência de Berlim, como sabem. Ou seja a concentração interna nos países capitalistas do capital financeiro. Portanto a criação dos monopólios no interior dos países capitalistas corresponde a monopolização das colónias, a conquista das colónias, a sua monopolização pelos países imperialistas.

E é no quadro deste monopólio das colónias que se revelaram as mais duras contradições entre os próprios países imperialistas, conduzindo a duas guerras mundiais, É também neste quadro que é interessante ver como em Portugal, um país não imperialista, subdesenvolvido, conseguiu preservar as suas colónias, apesar da inveja selvagem dos verdadeiros países imperialistas. Pode dizer-se abertamente que o responsável pelo facto de Portugal ter conseguido preservar as suas colónias, foi a Inglaterra.

Na altura da Conferência de Berlim, com efeito, Portugal foi uma semicolónia de Inglaterra. A Inglaterra adoptou esta tática de defender com todas as suas forças Portugal para que ele possa preservar as suas colónias, porque sabia que poderia explorar estas colónias como se fossem suas. A Inglaterra evitou assim que Angola e Moçambique sobretudo, mas também a Guiné, Cabo Verde, etc., pudessem ser objecto da cobiça dos outros países imperialistas. Submetidas a uma divisão, estão preservadas nas mãos de Portugal, mas exploradas também pela Inglaterra. Portanto, a dominação imperialista é a dominação económica, política, dos países ou dos povos não capitalistas pelo imperialismo ou pelas potências imperialistas. Quer dizer que consideramos no âmbito geral da economia mundial os países capitalistas imperialistas como um núcleo. Criaram à sua periferia os países dominados pelo imperialismo. Se um país se encontrasse num estado de desenvolvimento ainda não capitalista, a dominação era puramente colonialista. Se este país tivesse já alguns indícios de capitalismo, a dominação seria neocolonialista, ou semicolonial). Portanto, o imperialismo, ou a dominação dos povos pelo capital financeiro, opera-se sob uma forma de *colonialismo*, *neocolonialismo* ou de *semicolonialismo*.

É esta dominação que caracteriza os nossos países, do Vietname ou da China até Cuba ou à Terra de Fogo, ao Chile, também durante um certo tempo nalguns países europeus, como Portugal e outros. É a esta zona de dominação imperialista que se chama em geral actualmente o Sul pobre em contradição com o Norte rico. Mas é preciso distinguir quer no Sul pobre quer no Norte rico. as diferentes situações que existem. Nem tudo é homogéneo.

Não temos tempo suficiente para analisar todas estas distinções, queremos apenas dar atenção a este facto. Basta lembrar que países como a Suécia, a Finlândia e outros países, nunca foram países imperialistas, mas fazem parte desse Norte rico. O que importa, é concluir dizendo que a luta contra o imperialismo deva ser travada no próprio Interior dos países imperialistas, e a luta contra a dominação imperialista nos nossos próprios países.

Nesta luta contra a dominação imperialista dos nossos países, consideramos que a luta contra o neocolonialismo é hoje a luta mais importante. O colonialismo na sua forma clássica passou para sempre, mesmo se lutamos contra um colonialismo arcaico, o português, enquanto o neocolonialismo continua a enraizar-se por todo o lado, servindo-se dos fantoches para iludir a libertação verdadeira dos povos. Cuba lutou contra um neocolonialismo que tinha a idade praticamente da sua independência fictícia, e ganhou. O Vietname luta hoje corajosamente contra um neocolonialismo já também um pouco velho, e seguramente ganhará no Vietname do Sul, tal como ganhou no Vietname do Norte, O que é importante, é reconhecer o carácter evidente da ligação íntima que existe entre a luta contra o imperialismo nos países imperialistas e a luta contra a dominação imperialista nos nossos países. É evidente que, a destruição eventual da dominação do capital financeiro no interior do mundo capitalista, implica necessariamente a destruição da dominação imperialista.

Se acontecesse, por milagre, que o capital financeiro, concentrado em monopólios, dos Estados Unidos da América fosse destruído e que os Estados Unidos se transformassem num país progressista, a luta do povo vietnamita deixaria de se justificar. O que é importante reconhecer, é que a destruição progressiva da dominação imperialista nos nossos países contribui de forma decisiva para a destruição do capital financeiro nos países imperialistas.

Desta ligação íntima entre estas lutas, ligação dinâmica, resulta a importância decisiva da unidade e da solidariedade de todas as forças anti-imperialistas no mundo. A unidade e a solidariedade são decisivas para o sucesso geral da luta contra o imperialismo (...).

O colonialismo português é, como sabem, o mais atrasado de todos os colonialismos. Portugal é um país que, oficialmente, nas estatísticas portuguesas, tem 46% de analfabetos. Como agrónomo, trabalhei em Portugal em determinadas regiões onde existem 70% de analfabetos. Portugal mantém ainda em certas regiões uma estrutura feudal. É preciso compreender que Portugal não pode realizar um processo de descolonização porque não pode pretender neocolonizar. É um país demasiado atrasado para pretender neocolonizar. A obstinação de Portugal resulta de muitos factores subjectivos mas também, principalmente, de factores objectivos como este: Portugal não tem uma infra-estrutura económica que lhe permita fazer concorrência às outras potências no mundo. Mas isto não basta. Objectivamente, Portugal tem como factores decisivos na sua criminosa guerra colonial o auxílio das potências da OTAN e dos seus outros aliados racistas ou colonialistas. É por isso que Portugal pode utilizar contra nós os aviões a reacção mais modernos, enquanto o próprio Portugal nem sequer fabrica aviões de brinquedo para as crianças. Eis como a cumplicidade dos países da OTAN, o auxílio que Portugal recebe, financeiro, político e em material de guerra, se revela um auxílio criminoso, dirigido contra os interesses do nosso povo, contra os interesses dos outros povos africanos, contra os interesses da humanidade em geral. Em face desta realidade concreta, temos uma consciência clara do facto que, ao mesmo tempo que aceitamos os esforços e sacrifícios no nosso próprio país, devemos contar com a solidariedade internacional para desenvolver a nossa luta e vencer o colonialismo português.

Esta solidariedade desenvolve-se cada vez mais em África e no mundo, que: por parte dos países socialistas quer por parte dos países como a Suécia, a Finlândia, etc., quer por parte de todas as forças progressistas anticolonialistas no próprio Portugal. E devemos afirmar

perante vós que consideramos como preciosa a ajuda de sangue que o povo vietnamita, os povos indochineses, todos os povos em armas contra o imperialismo dão todos os dias a favor da libertação do nosso povo. Esta solidariedade deve desenvolver-se cada vez mais, reciprocamente, porque a luta é uma e a mesma que vós mesmos travais aqui na Finlândia pela paz, pela segurança do mundo, pela felicidade dos povos.